Marilia F. de Marsillac

Mercedes de Moraes Rodrigues

Antonio Estevão Allgayer

Josefino Francesquetto

Caio José Lustosa

Memórias

Histórias de quem fez a história da PGE e APERGS

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - APERGS

Memórias

Histórias de quem fez a história da PGE e APERGS

VOLUME 2
(OUTUBRO 2021)

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - APERGS

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA EXECUTIVA

CARLOS HENRIQUE KAIPPER
Presidente

PATRÍCIA BERNARDI DALL'ACQUA
Vice-Presidente Administrativo e Financeiro

HELENA MARIA SILVA COELHO
Vice-Presidente para Assuntos Institucionais e Políticos

LUCIANE BUAES DORNELES
Vice-Presidente de Núcleos

LEANDRO AUGUSTO NICOLA DE SAMPAIO
Secretário Geral

DANIELE BRASIL LERIPIO
Secretário Executivo

FREDERICO DE SAMPAIO DIDONET
Diretor do Departamento de Convênios

PEDRO CAMPOS MARQUES
Diretor do Núcleo de Procuradores Ativos lotados no Interior e Brasília

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares
Telmo Lemos Filho
Marcela de Farias Vargas
Sandra Maria Lazzari
Rafael Koelzer
Elton Airton Zielke
Rafael Barros Melgaço Da Silva
Paulo César Veloso Quaglia Filho
Maria Aparecida dias de Moraes
Luiz Gustavo Borges Carnelos
Magda Brossard Iolovicth
Igor Koehler Moreira

Suplentes
Márcia dos Anjos Manoel
Roberta Arabiane Siqueira
Eliana Soledade Graeff Martins

Núcleo de Aposentados
Luiz Felipe Targa
Maria Dolores Mainieri Abbott
Maria Regina Bianchini Massa Cysneiros
Paulo Roberto Sandri Pires
Sali Antoniazzi
Sandra Lazzari

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M533 Memórias : histórias de quem faz a história da PGE/RS. – Porto Alegre : APERGS, 2021.
96 p. : il.

Inclui bibliografia.

1. Rio Grande do Sul. Procuradoria Geral do Estado - História. 2. Rio Grande do Sul. Procuradoria Geral do Estado - Memórias.

CDU 347.413(816.5)(091)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

Apresentação

Caro (a) Colega,

Revisitar a história é uma jornada fascinante. Oportunidade de aprender sobre o que veio antes de nós e formou as bases daquilo que somos. Momento de se inspirar e emocionar com as trajetórias de quem, com seu trabalho e dedicação, construiu o legado e a essência que nos movem diariamente.

Este é o coração do Caderno Memórias, que chega à sua segunda edição. Um olhar singelo sobre o ontem da APERGS e de nossa Procuradoria-Geral do Estado do RS, mas também, uma experiência que inspira o hoje e o amanhã de nossas instituições.

Depoimentos daqueles que foram os (as) protagonistas desta história, oferecendo um testemunho não apenas a respeito dos desafios da Advocacia Pública. São, também, observações detalhadas sobre o fazer do Direito, os laços com os (as) colegas, as amizades e trocas que compartilhamos ao longo de tantos anos.

Que esta leitura seja proveitosa, trazendo a alegria das recordações e o exemplo para quem hoje faz parte da categoria. Este caderno é de todos e todas!

Boa leitura!

Helena Maria Silva Coelho,
Vice-Presidente para Assuntos Institucionais e Políticos da APERGS
Núcleo dos (as) Aposentados (as) da APERGS

Sumário

Memórias: Dra. Mercedes de Moraes Rodrigues 7

Memórias: Dra. Marília Francisca de Marsilac.....27

Memórias: Dr. Caio José Lustosa 49

Memórias: Dr. Josefino Francesquetto.....65

Biografia compacta do Dr. Antônio Estevão Allgayer
Organizada pelo Dr. Marcos Antônio Miola.....81

Dra. Mercedes de Moraes Rodrigues

Foto dos pais de Dra. Mercedes, Franklin e Elvira, no dia em que ele retornou da Segunda Guerra Mundial. Aparecem, da esquerda para a direita, as filhas Mercedes, Maria Amália e Rosa Maria.

PRIMEIROS ANOS: O despertar para um Mundo em Guerra

Nasci na cidade de Vacaria/RS, a "Vacaria dos Pinhais", gostávamos de acrescentar a expressão, com orgulho, pelos fartos pinheirais e destacar a riqueza natural da cidade no limite norte do Estado, com Santa Catarina, região fria dos Campos de Cima da Serra.

Terra da minha mãe, Elvira, professora recém formada, que então já lecionava na escola pública, fato não muito comum na época. Ela conheceu meu pai Franklin Moraes naquela cidade, para onde ele que era nascido em São Sepé e filho do Prefeito Capitão Américo Branco de Moraes, fora designado a servir no Exército. Lá estando, se hospedou na Pensão da Dona Mercedes, minha avó materna. Fui a terceira filha do casal, e no meu segundo ano de vida, um evento chocante colheu a família de surpresa.

O Brasil, então governado por Getúlio Vargas, entrava na Segunda Guerra Mundial, após dois navios mercantes, de bandeira brasileira, terem sido bombardeados em águas da costa nacional do litoral sul pelos alemães, o que, segundo os informes noticiados à época, resultou no ingresso formal do País em "estado de guerra". Entre os convocados a apresentar-se para integrar a corporação, no conflito mundial, estava meu pai. Sua condição de casado e com três filhos menores poderia ser apresentada como isenção do serviço em combate, pela letra da lei e Regulamento Militar. Mas ao ouvir a notícia sentiu que deveria se apresentar. Então, resolveu falar à nossa mãe, sua jovem esposa, para expor sua disposição. Ele iria se ela desse consentimento. Minha mãe, que o conhecia como homem apegado ao cumprimento do dever de militar de carreira e cidadão, embora dividida internamente, - como depois ambos comentavam durante toda nossa vida de família- ela assentiu. Assim foi que meu pai atendeu à convocação, e apresentou-se para lutar junto aos Aliados contra os nazifascistas, embarcando do porto de Santos-SP para a

Itália, onde permaneceu até fins de julho de 1945. Sua chegada ao Brasil ocorreu no dia 13 de agosto de 1945.

Somente no retorno ao País, depois da rendição inimiga, que vim a conhecer meu pai, recebido na cidade com muita honra e na família, com muita alegria. Dele, eu conhecia a imagem das fotos e ouvira mais de uma vez as palavras que do longínquo continente, escrevera para minha mãe, em cartas sublimes, lidas por ela para nós, as três filhas pequenas, Rosa Maria, Maria Amália e eu, Mercedes Maria.

Nossa amada mãe, como professora convicta que era de formação, também ali, vivendo um dramático e desafiador evento, mostrou exemplarmente que atuou sempre para nos educar, e motivar para causas nobres e de valor, merecedora ao lado do seu herói, nosso pai. A ambos, minha imorredoura gratidão!

AS MUDANÇAS

Aos anos iniciais de minha vida assim marcados por fato tão histórico e intenso, seguiu-se logo após um período de muitas mudanças. A jovem família morou em quase uma dezena de cidades, dentro e fora do Rio Grande do Sul. E não sei se por acaso ou se é fato, no interior do Brasil, sempre moramos em localidades marcadas por politização ou com características históricas de importância por suas lideranças, como Pindamonhangaba, cidade natal de políticos como Ciro Gomes e Geraldo Alkmin, ou Itapetininga, ambas em São Paulo, essa última conhecida como Atenas Brasileira, pelo nível cultural, com teatro e grupos de estudo muito ativos. Ainda pequenas, aprendemos ali a cantar músicas de Villa Lobos, como o Luar do Sertão, com versos de Catulo da Paixão Cearense, ou a declamar poemas de poetas brasileiros.

Minha mais remota apresentação pública foi ali, e o evento foi de arte. Era um "Festival Anual" . Como militar instalado com a família para morar na cidade, meu pai recebeu o convite e sugestão de apresentar a contribuição de sua família ao certame artístico. Minha mãe, que sempre gostou de celebrações, sugeriu e os organizadores aceitaram o mote. Um mês depois, na noite solene, lá estava eu, aos 6 anos de idade, no centro do palco, vestido azul claro de organdi, uma boneca de louça nos braços, concentrada e tremendo atrás das cortinas. Ouvi o sinal forte de uma sirene. O burburinho do ambiente cessou e a pesada cortina começou a abrir-se. Foi nesse momento que vi o público imóvel nas cadeiras do tea-

tro. Respirei fundo… e ouvi em seguida o toque do piano dando a minha "deixa" de início.

E então, cantei o que havia ensaiado com minha mãe e a amiga que tocava piano em sua casa, vizinha à nossa: "Cantiga de Ninar", de Francisco Mignone. Posso dizer que, depois do dia em que meu pai regressou da Guerra, esta foi a emoção mais forte que senti na infância, espécie antecipada de senso de responsabilidade, com a inspiração da família.

Outra mudança ocorreu quando voltamos ao Rio Grande do Sul e passamos a morar na região oeste, com uma intensa troca comunitária, em Santiago do Boqueirão -RS como era chamado décadas atrás . Lá, a tradição jesuítica das Missões, da disputa histórica das Tordesilhas e limites territoriais brasileiros, deixaram sua memória naquela terra de chão vermelho, que seguiu com o gosto pela política. No Colégio Medianeira decorei uma poesia do Gonçalves Dias e fui inscrita nos festejos. Porém, frustrou-se minha expectativa, porque no evento, esqueceram de me chamar… Moramos também em São Gabriel, a "cidade dos marechais", onde nascera o comandante da FEB- Força Expedicionária Brasileira na Itália, Marechal Mascarenhas de Moraes. Enfim, sempre, por onde andamos e vivemos na minha infância, a saga de movimentos em favor da cultura, leis e democracia de nosso país nos encantaram.

VESTIBULAR E UNIVERSIDADE

Esse relato inicial que explica porque com 18 anos e animadíssima, para seguir meus estudos, vim para Porto Alegre, onde já cursavam a Universidade as duas manas Rosa Maria e Maria Amália, para me preparar e prestar vestibular, direcionando-me ao Curso de Direito.

À época, o vestibular acontecia no início do ano geralmente em fevereiro, "- Adeus, Carnaval!" era o choro dos estudantes… e, pior, se concluía em inícios de março, sendo que logo em seguida iniciava o ano letivo.

Prestávamos dois tipos de prova, escrita e oral. A oral principalmente era temida pelos vestibulandos, porque ocorria com uma Banca de três Professores, perante os quais o candidato sorteava o seu tema e ali discorria sobre ele, sendo, então, questionado pelos mesmos. Duas provas orais, Português e Latim. Para as provas escritas, as matérias eram Latim: tradução ou versão de texto e Gramática, mais Literatura Romana, História e principais autores; Língua Portuguesa: redação e gramática; Literatura Brasileira e Portuguesa,

Autores Século XVII, XVIII, XIX e XX; Idioma Estrangeiro, Francês, Inglês, ou Espanhol.

No início do mês de março de 1962, ainda com ressaca dos estudos e desafio dos testes, peguei o bonde para ir à PUC ver o resultado. Expectativa torturante dentro do usual balanço nos trilhos que chiavam aos ouvidos como meu peito arfava em respiração acelerada...

Chegando lá, um burburinho infernal, gente apressada e barulhenta, ternos e sapatos escuros entre saias e sandálias coloridas. A maior parte era de jovens e adolescentes agitados, pessoas com mais idade se apertando no espaço para chegar ao papel branco do Edital, pregado num quadro da parede do saguão, à direita da escadaria central de acesso ao segundo andar. Lindos vitrais filtravam o sol forte do verão porto-alegrense e o azul e amarelo com riscados escuros das imagens giraram e me senti como num cinema vendo um filme sem compreender a história. Reagi avançando, e fiquei espremida numa espécie de fila que não andava, ou andava em ondas pra trás. Mas lá adiante, minha vez chegou. Sim, chegou, porém minha pouca estatura de menos de metro e cinquenta à época não me permitia ler os nomes da lista fixada, acima da minha cabeça.

Tive que pedir ajuda. "Não só eu, graças a Deus", pensei, quando vi outros nervosos do mesmo tipo físico "mignon" e apareceu-nos um bom samaritano em socorro, que foi anunciando os nomes e classificação dos que lhe solicitavam. Estendi-lhe o meu, com esforço, e não acreditei quando ouvi bem alto "Mercedes Maria!", soando nos ouvidos. Enfim, tanto pavor, e eu tinha chegado à Faculdade! E com folga, num inesperado segundo lugar! Ainda titubeante, abri a boca para gritar a surpresa e a alegria e quase me sufoquei, a boca cheia de confetes que alguns atiravam para o alto, festejando também, a sua vitória.

Concluída a Faculdade, em 1966, logo que abriu concurso público pela PGE para seleção de candidatos, reabri o esforço intensivo de estudar à noite, pois trabalhava durante todo o dia. E concorri. Surpresa novamente com a classificação: 1o lugar! Ano de 1979, estou na classe A, inicial da carreira de Procurador do Estado.

DIREITO E FAMÍLIA CHEGAM JUNTOS

Como referi anteriormente, formei-me pela Pontifícia Universidade Católica, cuja sede era na Praça Dom Feliciano, quase centro de Porto Alegre, para onde toda manhã, bem cedo, eu embarcava no bonde "Duque".

Naquele prédio tradicional de esquina, em diagonal à Igreja da Conceição, onde hoje é o Colégio Rosário, fiz meu Curso de Direito.

Nossa saudosa PUC dos anos sessenta, é também o lugar no qual foram lançadas, em meio à vida acadêmica, as sementes da minha experiência afetiva adulta, pois o encontro para toda uma vida foi selado ali.

Cursando o 3º ano da mesma Faculdade, o meu futuro companheiro, até sua partida em 2007, era também um acadêmico de Direito, Hélio Rodrigues, depois viria ser um dos mais aguerridos advogados trabalhistas de Porto Alegre e do Estado, com quem casei e tive meus quatro filhos. A cerimônia de casamento foi muito especial, pois seu irmão Júlio César e minha irmã Maria Amália, colegas de turma também no Direito, igualmente se uniram na mesma data, um 4 de janeiro em bela cerimônia na Igreja mais antiga de Porto Alegre, situada no Centro Histórico, com vista para o antigo cais da cidade, a Igreja das Dores. Subimos a longa escadaria do templo, ambos os pares, duas jovens noivas de véu e grinalda e dois noivos esperançosos, rumo à benção matrimonial.

OS MESTRES

Na Faculdade, tive mestres extraordinários que muito me influenciaram. A disciplina inaugural, Introdução à Ciência do Direito foi muito oportuna para o primeiro contato com a dicotomia entre os fatos da vida e os atos e fatos no plano do dever ser do Direito, com o extraordinário e rigoroso prof. Dr. Leitão de Abreu. De uma clareza luminar na exposição, ele conseguiu esse feito, e no meu sentir, firmou-me para sempre o rigor dos conceitos e instituições do Direito, inclusive os níveis de sua criação, existência, validade, interpretação e aplicação.

Em paralelo, o ímpar professor Elpídio Paes nos encantava com uma viagem em profundidade histórica ao cerne do Direito Romano, de onde deriva o Direito Brasileiro e quase a totalidade de suas leis e institutos fundamentais postos nos Códigos e legislações esparsas. E o professor Alexandre Gruzinsky, que mais tarde viria a ser nosso colega Procurador do Estado, completava-nos o aprendizado dos institutos civis e de comércio com a Disciplina que ele dominava como ninguém, e que foi uma exclusividade da PUC/RS nos cursos da graduação, o antigo e riquíssimo Direito Canônico.

Já o Direito Civil quem ministrava era o douto Professor Clovis do Couto e Silva, jovem civilista consagrado, rigoroso com os conceitos jurídicos e

os juristas do Direito alemão, com teses e livros publicados. Era irmão mais moço, do futuro colega procurador Almiro do Couto e Silva.

No ano seguinte, enfrentaríamos o núcleo, a base estruturante da pirâmide legal. O notável mestre que nos abriu esta porta do Direito foi o Dr. Paulo Brossard de Souza Pinto. Grande e saudoso Ministro,

Paulo Brossard foi naqueles anos um extraordinário professor de Direito Constitucional. Suas magníficas aulas, sempre conectadas com a realidade vivida no dia a dia no País, entremeadas de saborosas narrativas de personagens da história do Brasil e do Rio Grande.

Palestras com os detalhes do profundo conhecedor que era, especialmente dos sistemas de governo, quando convicto, sustentava as razões pelas quais via a superioridade do Parlamentarismo sobre o Sistema Presidencial vigente. Sem falar na clareza dos debates sustentados nas sessões parlamentares em que havia discussão de ideias e convicções divergentes entre Raul Pilla, teórico do regime e seus opositores. Paulo Brossard, com sabedoria e verve, logo me conquistou para o Direito Público, cujos princípios basilares me interessaram logo adiante, a escolha pela carreira de Procurador do Estado.

Depois, no 2º e 3º anos, o professor, Paulo Pinto de Carvalho, criminalista e exímio no júri, era Promotor, que versava com entusiasmo os conceitos e princípios máximos do Direito Penal, definido por ele como sanção punitiva, restritiva ou privativa de direito, aplicada pelo Estado na quebra da harmonia na vida social pelo crime. E detalhava o conceito em suas diferentes etapas configurativas, seja no conceito " tipo", do ato comissivo ou por omissão, seja no " iter" formativo do ato: tentado ou cometido, continuado, impossível, e a seguir a cominação e aplicação da pena, ou em seu lugar, as formas excludentes de ilicitude e extinção da punibilidade.

O Direito Comercial, foi ministrado, em dois proveitosos anos a cargo do profundo conhecedor, professor Werther Faria, discípulo do celebrado precursor da matéria, em obra sobre o complexo tema de um Direito especial do Comércio, Dr. Ernani Estrela . Conceitos seguros sobre a inserção na vida real moderna da "mercancia", híbrida no seu duplo caráter de "atividade ao público, mas não pública", a compor um dos ramos do Direito Privado.

Seguia o Curso nos anos seguintes com o Direito Processual, Civil, Penal, e Comercial, ou seja, o mundo das leis funcionando, a realidade forense e dos Tribunais. Nas aulas de Processo nos sentimos pisando o chão do foro e da vida jurídica como advogados, juízes e membros dos tribunais. Ouvir falar

do "processo", eram respostas à incógnita do estudante de direito, " o como? e o quê fazer?" com os conhecimentos teóricos após a formatura.

Quem nos respondia era o juiz Athos Gusmão Carneiro, depois Desembargador, um processualista emérito e dono de simpatia de homem simples, mas profundo nos conceitos e ágil na prestação jurisdicional. Explicou-nos o iter processual e suas etapas em primeira instância e nas superiores dos diversos tribunais. Trouxe-nos visão prática de como os processos fluem ou podem estancar, por preliminares ou discussão de mérito.

Matéria, ao final do curso, que muito me interessou foi Filosofia do Direito. Sigo apreciando o tema. Indispensável esse lastro, sem dúvida, pois há que haver razões e fundamentos sólidos para estruturar como válida, do ponto finalístico e axiomático, a natureza das normas do Direito Positivo. Era professor e um profundo teórico, o Dr. Jacy de Souza Mendonça, que anos depois foi seguir estudos em universidades europeias.

Também no 5º e último ano da Faculdade, o Ministro José Neri, de brilhante carreira, que culminou como Presidente do Supremo Tribunal, foi nosso professor de Direito de Família e Sucessões. Sua empatia com o tema, além do profundo conhecimento da história do embrião familiar no Direito Romano, reforçou-me o interesse que vinha desde adolescente, a me aprofundar e depois, a defender os direitos da mulher, da companheira, da "desquitada", da mulher explorada e dos filhos desamparados, pois não tínhamos ainda o divórcio e demais institutos que só longo de décadas avançaram, inclusive para outras categorias sociais, submetidas a tratamento e condição desigual.

MULHER, MÃE, ATIVISTA E PROFISSIONAL DO DIREITO

Ao fim do curso, e já "bacharelanda", a condição de mulher me impôs na prática, junto com a felicidade de ter filhos, o ônus de experimentar o peso adicional próprio à maternidade: na noite da formatura, grávida de 7 meses da minha segunda filha , eu tive que improvisar uma toga maior que meu corpo, alguns números acima, em razão do volume do bebê no meu ventre… E nesse tamanho, a toga arrastava, era comprida demais! Às pressas, consegui uns alfinetes e suspendi parcialmente o excesso no qual eu tropeçava… Detalhe: essa bebê, a segunda de minhas amadas filhas e filho, e que depois batizei de Camila, levada comigo sob a toga cerimonial, duas décadas depois, se formava também em Direito. E no mesmo Salão de Atos da Pontifícia Universidade!

Um ano depois, em 1967, já formada, eu passava a lecionar a mesma disciplina, Direito de Família e das Sucessões, e no ano seguinte, 1968, apoiada pela confiança do Diretor da Faculdade, e seu grande idealizador, saudoso Juiz Lenine Nequete, eu inovava na UNISINOS com uma pioneira cadeira intitulada Situação Jurídica da Mulher no Direito Civil.

A COMISSÃO ESPECIAL DA OAB-RS E A CONSTITUINTE

Sobre a nova cadeira , mencionada no capítulo anterior, "direitos equivalentes e especiais próprio aos encargos adicionais de maternidade e gênero", se acentua outra vertente que me inspira a luta pelo direito, na atividade jurídica. Foi e segue sendo o trabalho e o debate sobre o tema do feminismo, que naquela década, ao impulso da notável Simone de Beauvoir e seus livros" Memórias de uma moça bem-comportada" e "O Segundo Sexo", renascia com força em várias partes do mundo.

Na OAB/RS, gestão do Dr. Mariano de Freitas Beck, no limiar inicial dos anos 80, apresentei proposta que defendi e aprovei no Conselho Seccional, criando a "Comissão Especial da Mulher" que presidi e nela reuni colegas advogadas e de outras carreiras jurídicas, juízas, promotoras, defensoras públicas, e professoras de Direito, para uma ampla investigação sobre as condições e as violações a que estavam sujeitas as mulheres no País. Nos trabalhos, convidei e ouvimos depoimentos, de mulheres: cientistas, estudiosas da matéria, trabalhadoras, professoras, perseguidas ou vítimas de violência, debatemos leis e fatos de relevo para advogadas e trabalhadoras mulheres, e ao final de um extenso trabalho de pesquisa teórica e de campo junto à sociedade civil organizada, bem como entidades e associações civis e comunitárias, sindicatos patronais e de trabalhadores, personalidades políticas, e da ciência, apresentamos propostas encaminhadas ao Congresso Nacional para a Constituinte, de 1987/1988.

No mesmo caminho, adiante, integrando o Secretariado do Governador Pedro Simon, obtive por Decreto do Poder Executivo, a declaração de 1989 Ano Estadual da Mulher, valor simbólico de estímulo às reivindicações das mulheres, e assumi a Presidência e o funcionamento do Conselho Estadual de Mulheres Representantes de Categorias Sociais e Políticas.

No Congresso, da OAB Pró Constituinte, em SP, integrei a Delegação Gaúcha da Seccional e fui Coordenadora da Mesa sob tema Direitos Civis na Constituição.

Em nível nacional, fui membro de Conselho Nacional dos Direitos da Mulher /CNDM, no período de 1985 a 1990. No seu colegiado, representei o Sul, a partir do meu ativismo em prol das mulheres, em especial, das camadas mais pobres da população, pelo trabalho que realizei dirigindo no RS a Superintendência Regional da Fundação LBA do RS (1985/88).

NA EBULIÇÃO DO PAÍS

Nessa época, o Brasil estava em ebulição, e movimentos sociais nas ruas exigiam a volta do País à normalidade democrática. Participei ativamente do movimento, das atividades de natureza politico-constitucional e de rua, e, filiando-me a partido de oposição ao regime militar, MDB, concorri mais de uma vez a cargos eletivos, exercitando a emoção e também os desgastes do embate eleitoral, muita vez, renhido. Um real batismo de fogo, considerando que há 30 anos, as mulheres eram ainda mais raras que hoje na política brasileira.

NA PGE: TRABALHO PELO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E RECURSOS DO ESTADO

Uma vez na PGE, na Unidade Fiscal e Tributária, dirigida pelo colega Maurício de Azevedo Morais, trabalhei por vários anos em Processo Judicial e Pareceres com vistas à fixação de critérios de interpretação e aplicação uniforme das leis de natureza fiscal, nos diferentes órgãos da Administração Estadual. Na época, as reformas esparsas e múltiplas da Carta de 1946 ainda vigente e por fim a Constituição de 88 em seguimento às sucessivas Emendas Constitucionais demandavam um complexo e volumoso trabalho. Assim como as próprias Emendas à Constituição Estadual.

Atividade de fôlego, incluindo a integração com a Assessoria da Secretaria da Fazenda do Estado, para compatibilizar procedimentos do aparelho fiscal, especialmente no ICMS e créditos à exportação/ compensação de incentivos e/ou ressarcimento junto ao Tesouro Nacional. De observar o relevo da matéria na qual a Unidade conquistou vitórias expressivas ao Estado, pela repercussão direta e de peso em valores de vulto, aos cofres do Tesouro Estadual. Resultado positivo para suprir a cobertura dos sempre crescentes compromissos legais e sociais do Estado, com a população gaúcha e servidores públicos.

O MUNICIPALISMO E O TRABALHO A FAVOR DOS MUNICÍPIOS NA PGE

Ainda na Unidade de Assistência Jurídica aos Municípios da PGE, trabalhei quando o Dr. Bartolomé Borba coordenava o setor. Excelente e experimentado colega, um estudioso do municipalismo, sou-lhe gratíssima por dividir conosco seu conhecimento sobre o tema.

Assunto palpitante, não só na Teoria do Estado a sua formação e sua unidade territorial, tão importantes, mas também na vida real, quando surgem movimentos de comunidades dele pretendendo emancipar-se, há valores fortes em contraposição, e esse fenômeno político precisa ser administrado com conhecimento e sensibilidade face o sentimento de pessoas e grupos em posições diversas. Faz parte da Democracia o embate. Mas a Constituição e as leis não podem ser fraudadas. A meu sentir, exatamente por isso, os procuradores do Estado têm uma responsabilidade de muito mérito no avaliar tais situações sob prisma de cumprimento de normas e procedimentos nas emancipações, na Unidade Assistência aos Municípios, algo que demandou muito labor no período de vigência de novas emancipações ressalvadas nas Disposições Transitórias da Constituição de 88.

Para mim, foi também importante nesta unidade, voltada a temas municipalistas, a vivência anterior, como Procuradora Municipal, em Canoas, cargo que ocupei de 1967 a 1969, logo após formar-me em Direito.

MINHA CAMINHADA NO SERVIÇO PÚBLICO: OS TRÊS NÍVEIS DA FEDERAÇÃO

Sempre admirei a civilização e a cultura greco-latina. A vida pública, para os gregos, "a verdadeira vida", ou a " res publica" dos romanos, sempre me atraiu, nas suas diferentes facetas e possibilidades na vida de relação do ser humano, no qual parecem digladiar-se de forma inexorável o apelo individual com a grandeza da organização pública. Num país como o nosso que tem esfera tripartite, União, Estados e Municípios, tive a graça de servir às três instâncias da Federação.

Conclui o Curso de Direito, pensando em ser Procuradora do Estado, pois, à distância, acompanhava o reconhecido valor do trabalho de minha saudosa irmã Maria Amália Dias de Moraes, na PGE, onde foi Procuradora-Geral Adjunta de Mário Bernardo Sesta e de Ney Sá, tendo assumido a Procuradoria-Geral na sua falta prematura, na década de 80. Carreira e men-

te brilhantes, foi e é até hoje lembrada por colegas da PGE, por seus alunos na Universidade, pelos grandes e numerosos amigos que granjeou, e por seus professores.

Ocorre que passaram-se muitos anos da minha colação de grau em 1966, e a abertura do concurso no ano seguinte, pois somente em 1979, concluíam-se as primeiras nomeações. É que o desenrolar desse concurso foi o mais concorrido até então, em número de postulantes e de recursos administrativos e judiciais quanto a resultados de provas e também de títulos.

Fiz a primeira prova ainda em 1967, era eliminatória, e obtive aprovação. Então, decorreu um largo período de recursos à banca examinadora e também à Justiça, interpostos por candidatos não aprovados, mais de ano, até conclusão da etapa. Na fase seguinte, com provas específicas, nova leva de pedidos de revisão, reconsideração, recursos e julgamentos, pela Banca e pelo Judiciário, adiaram em muito o início das nomeações.

Finalmente, em junho de 1979 foi homologado o Concurso por Resolução aprovada pelo Procurador-Geral do Estado, e o resultado confirmou meu honroso 1º lugar no disputado exame.

Minha nomeação foi publicada no dia 27/06/1979, e tomei posse.

Como se vê, o interregno, provocado pelos recursos, inclusive na órbita judicial, foi de longos 12 anos!

Eu precisava trabalhar, para dar conta de minha subsistência afastada da minha família, na terra de origem, Vacaria. Procurava editais de concurso na área jurídica, até que saiu um Edital Público, para o Ministério da Fazenda, fiz e obtive êxito, 2º lugar, no Estado. Veio a nomeação em 1969, para Auditor e optei por uma vaga na Capital, mantendo-me junto à família, que formara, em 64, com o advogado Hélio Rodrigues, ele então, já bem situado, com seu escritório profissional, mais o irmão Júlio César, na rua Andrade Neves, 159, no Centro.

A experiência na Fazenda Federal foi gratificante, e nos anos seguintes tinha me aprofundado no conhecimento do Direito Fiscal e Tributário , agregados à base de Direito Constitucional, matéria que sempre cultivei. Em meados dos anos 75/80 assumi a Chefia da Divisão de Tributação da Superintendência da Receita Federal em Porto Alegre, uma experiência desafiadora, compensada por boas oportunidades de aperfeiçoamento em cursos subsidiados pelo Ministério. Um dos melhores que fiz na Escola Interamericana de Direito Público da Fundação Getúlio Vargas, RJ, sobre Harmonização Tributária, com três meses de duração, e outros em São Paulo, um deles

ministrado pelos já consagrados tributaristas, Geraldo Ataliba e Yves Gandra Martins.

Enfim, mais de década depois, homologado e finalizado o concurso de Procurador, no ano de 1979, desliguei-me do Ministério da Fazenda e assumi o cargo que tinha sido sempre o meu desejo de realização profissional, como Procuradora do Estado. E segui lecionando no curso de Direito da Unisinos, onde já estava exercendo o magistério jurídico. Gratifica-me muito o convívio com os estudantes e as trocas recíprocas com eles. E em particular, acompanhei pessoalmente o aumento da participação feminina.

Também segui um bom tempo dando aulas nas escolas jurídicas instituídas pelas entidades associativas de carreiras jurídicas, Ajuris, Associação do MP, IARGS e Escola OAB, seguramente dentro da compatibilidade horária.

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO E PREEITA DE PORTO ALEGRE

Aposentei-me do cargo de Procurador do Estado em novembro de 2005. Mas seguia em atividade e, por isso, no mesmo ano recebi com muita honra e satisfação o convite do Prefeito eleito de Porto Alegre, Senador José Fogaça, para o cargo de Procuradora-Geral do Município de Porto Alegre. Um grande desafio, o suporte jurídico-constitucional de uma capital do porte e complexidade de Porto Alegre. Pareceres da PGM sobre uma diversidade grande que advém da própria complexidade de um Município. No sistema brasileiro, o Município é um ente da Federação, a par de Estado e União. Goza de autonomia, mas tem de cogitar, em suas ações da normatização federal e da estadual. Tema de Direito Constitucional. E junto, as normas de sua Lei Orgânica, mais a legislação local advinda da Câmara de Vereadores.

Os desafios legais se somam à peculiaridade local, e à urgência necessária das decisões tomadas pelo Governo. E qualquer falha nos serviços, a reação popular é imediata.

Um dos problemas mais complexos e trabalhosos na Procuradoria, o da regularização fundiária que requeria equipe multidisciplinar de Procurador e experts de secretarias e departamentos, como DMAE, DMLU, Fazenda, Administração, Secretária-Geral de Governo e Gabinete do Prefeito.

À frente da PGM por 3 anos e meio, até hoje me sinto satisfeita com o que pude desenvolver: mudanças e avanços, para os quais contei com uma equipe de procuradores e assessores técnicos, mais um corpo administrativo

tecnicamente bem preparada e ativa. Inseri na minha proposta de atuação, na PG, uma especial dedicação à Agenda em prol das mulheres mais necessitadas e carentes, vítimas de violência ou maus tratos, dada sua vulnerabilidade.

Proposta, de minha autoria. para criação de um Comitê Executivo de Políticas Públicas para as Mulheres do Município foi aceita pelo Prefeito e eu o instalei, no breve período, quando assumi o governo municipal.

Na Prefeitura da Capital, em setembro de 2007 tive a oportunidade de realizar um sonho. Explico: o Prefeito José Fogaça teve que afastar-se para uma viagem fora do Estado, de 17 a 19 de setembro, e o vice-prefeito Eliseu Santos estava em licença. Também a Presidente da Câmara de Vereadores estava fora em missão. A Lei Orgânica de Porto Alegre previa que verificada essa hipótese, o Procurador-Geral do Município assume a prefeitura. Assim, o prefeito Fogaça transmitiu-me o cargo por 48 horas, nas quais cumpri o papel de chefiar o executivo municipal. Esta breve interinidade realizou de certo modo, algo que para mim, fora mesmo um sonho e que me levara a disputar, 15 anos antes, em 1992, a eleição para o cargo de Prefeita de Porto Alegre.

Tive nesse período uma Agenda repleta e experimentei o misto de honra e responsabilidade de governar nessas horas, uma cidade fantástica, como Porto Alegre, que me acolheu ainda no início de minha vida adulta, onde fiz a Faculdade, trabalhei, casei e tive meus quatro filhos. Nela vivo até hoje, tenho-lhe amor e gratidão e busco viver na prática tal sentimento, postando as fotos que clico diariamente do seu rio, pôr-se-sol e visões de suas ruas, pessoas, bairros, monumentos e praças por onde busco o lazer saudável das minhas caminhadas diárias.

Enfim, vivi fortemente o municipalismo, seja no exercício de funções executivas, seja no assessoramento jurídico ou nos movimentos associativos. Tive forte atuação ao ensejo da realização do Congresso Brasileiro de Municipalismo, realizado em Porto Alegre, em 2005, que debateu o tema Reforma Federativa-Tributária Busca de Consenso. Tendo proferido o discurso de abertura daquele conclave, tive a oportunidade de destacar:

> "A revisão do pacto federativo é reclamo que se ouve de Sul a Norte, do recôndito Oeste ao Leste Litorâneo, no campo e na cidade, nos fóruns políticos e acadêmicos, enfim, é a busca de um patamar de equilíbrio para a vida de todos os brasileiros e para o desenvolvimento harmônico do País."

Os desafios globais, num mundo em rápida transformação, são sentidos em primeiro lugar, em nível local, e precisam ser encarados e enfrentados com medidas pragmáticas nesse nível, pela esfera de governo mais próxima do cidadão. É necessário apoiar o desenvolvimento de uma autonomia local forte, efetiva e democrática."

VOLTA AO GOVERNO ESTADUAL

Ainda no ano de 2008, devo registrar minha participação no Governo Ieda Crusius, que iniciara no ano anterior, e passava por fase de dificuldades, razão pela qual foi providenciada uma reforma do Secretariado. Assumi, num primeiro momento, a Secretaria-Geral de Governo, porém a continuidade da crise se aprofundava junto à Assembleia Legislativa e alguns setores da sociedade. Para acalmar os ânimos, procedeu-se a reforma na estrutura de governo, criando-se, dentre outras medidas, uma inovação por mim sugerida. A Secretaria da Transparência, que passei a dirigir como suporte para receber sugestões que visassem a um encaminhamento mais célere e aberto das demandas à governança. Permaneci até o mês de outubro do referido ano, quando, em carta à Chefe do Governo, apresentei-lhe meu pedido de afastamento, encerrando minha breve participação.

O TRABALHO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 1995 a 1998

No ano de 1995, passei a exercer na ALERGS, a convite do Deputado Paulo Vidal (PSDB) ex-prefeito de Rio Grande recém eleito para a Assembleia Legislativa, o cargo em comissão de Coordenadora de Bancada do seu partido.

Nessa legislatura, em razão da Constituição de 88, que abriu possibilidade a emancipações de municípios, uma grande leva de processos dessa natureza tramitou pelo Legislativo. Esse fato mobilizava as discussões das lideranças políticas locais, especialmente prefeitos e ex-prefeitos. Sendo matéria de cunho constitucional, todos os expedientes exigiam parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia, da qual fazia parte o Deputado Vidal.

Foi uma experiência deveras desafiadora, as pautas que me cumpria preparar e discutir . Trabalho intenso no acompanhamento e análise desses que eram centenas, e demais Projetos de lei em tramitação na Casa, com emissão

de Parecer sobre constitucionalidade, legalidade e mérito, de cada proposição, para sustentar o voto do parlamentar. Tarefa interessante, especialmente por ter o referido parlamentar uma sólida formação jurídica, como ex-promotor público e ex-prefeito da cidade de Rio Grande.

HOJE

Nesta trajetória toda, tenho convicção de ter servido ao Estado e ao País, num trabalho dedicado ao Direito e aos princípios da legalidade, constitucionalidade e do interesse público. Onde se inscreve, especialmente, um trabalho durante três anos, em favor da população hipossuficiente na Fundação LBA, com programas não só de assistência, como encontrei ao chegar, mas que redirecionei para a promoção educativa e formativa de mulheres, mães ou chefes de família, das crianças e observância de princípios e garantias fundamentais. Em meio a essa caminhada, segui igualmente minha convicção de vida em prol dos direitos das mulheres, e suas lutas democráticas por igualdade, e contra a exploração e violência, e pela proteção da maternidade e infância. O tema, enfim, constante na minha condição de mulher, professora, e mãe de três filhas e um filho, que me deram cinco netos fantásticos, valioso presente a me adoçar a vida nos dias turbulentos que correm.

EPÍLOGO

Olhando em retrospectiva, vejo trabalho, mudanças… e mais trabalho. Pergunto-me: Qual o papel da atividade laboral na vida de um ser humano? Que espaço ele ocupa? Para mim, muito grande, competindo sempre e no melhor sentido, com muitas outras realidades afetivas desse prisma de tantas faces que chamamos Vida.

E, o significado da PGE? Só posso afirmar que é imenso! Há 56 anos ela entrou no seio da minha família e fincou raízes. Fomos três irmãs procuradoras, por sucessivos concursos públicos: Maria Amália, Procuradora a partir de 1965, depois eu e adiante a Cida Moraes até recentemente quando cumprido, em muito, seu tempo de serviço público, e nas vivências com muitos laços afetivos ali nascidos e que seguem até o presente com colegas e servidores inesquecíveis.

A VEIA POÉTICA PERMANECE VIVA

MONTANHAS AZUIS

Nestas ondas azuis
Concretas como pedras
Eu mergulho
No silêncio do ar
Não vige barulho
Nem burburinho
É a mente que voa
E o espírito que flutua
É o sal marinho
É o vapor das águas
Que ali escorreram
É o tempo sem mágoas
Num voar de passarinho
É o azul infinito
E não é à toa
É o amor derramado
A sonhada ternura
Que acolhe o pródigo
No gesto bonito
Do abraço apertado
E o carinho sonhado
No começo do mundo
Sem ranço e sem dores
Mas que cala fundo
Nessas ondas azuis
Eu mergulho
Deixo a vaidade
Largo o orgulho
Acima a claridade
Me chama pra perto
Não há mais eu
Nem nada do meu
O que há é a vida
Única verdade
Isso é certo
A mão benfazeja
Único refúgio
Na eternidade
Dessas ondas azuis

Poema escrito por ocasião do Encontro Estadual de Procuradores do Estado em Gramado em 2019.

LINHAS DA VIDA

A linha do tempo
é só uma
Tem começo, meio, fim
A linha da vida depende
De escolhas
Que faço pra mim
Pois não creio em destino
Mas tendências
Temperamento
Consciência
Mais a álea
do inexplicável
O prazer e o desejo
Escola e ambientes
Corpos, pessoas e brisa
Tudo o que agora vejo
Nesse entardecer amorável
Em que se me desenham
Numa só memória
Os rabiscos infindáveis
Das linhas da minha vida
Num painel que o olhar evoca
um Picasso sem moldura
Uma tortura de traços
No movimento de braços
De sementes espalhadas
E de carinhas lavadas
De praia de sol de mar
Mas no canto
O escuro espanto
E o tesouro olvidado
Nos montes azuis
do pranto.

Dra. Marília Francisca de Marsilac

A ESCOLHA VOCACIONAL

A motivação para registrar minha vida funcional constitui uma tentativa para fixar as lembranças de uma época pioneira nos serviços da PGE no interior do Estado e do empenho em dar seguimento ao trabalho que vinha sendo efetuado na capital, ainda com muitos desafios, em parte ínsitos à função e outros que demandavam novos rumos. Dessa forma, sinto-me como participante de um esforço coletivo para superação de obstáculos e consecução de metas que hoje parecem mais próximas, em grande parte alcançadas sob a competente orientação de seus dirigentes, com destaque especial a nosso atual Procurador-Geral - Eduardo Cunha da Costa, que assumiu de forma permanente, combativa e equilibrada a orientação do sistema jurídico centralizado na PGE.

Sou natural de Porto Alegre, onde cursei, no Colégio Sévigné, o primário e o ginasial, como era denominado na época. Ali fiz também o curso de magistério, então denominado Normal, e em 1965 ingressei no curso de Ciências Sociais da UFRGS. Entretanto, toda a Faculdade de Filosofia, que abrangia também o curso em que ingressei, foi muito afetada pela situação política então vigente. O Diretor, Professor Ernani Maria Fiori, foi cassado, e também o Professor Leônidas Xausa, cujas ótimas aulas ainda tive oportunidade de assistir naquele ano. A situação era muito tensa dentro da faculdade, e vários colegas estavam constantemente em passeatas, das quais muitos voltavam com marcas dos embates com a polícia. Nesse contexto e após um acidente de trânsito, causa do falecimento de meu pai algum tempo depois, pensei que não teria ali possibilidade de construir uma carreira que me conferisse autonomia, meu principal foco. Além disso, havia presenciado e apreciado as argumentações de meu pai e de meu irmão, ambos advogados, em seus debates, e a profundidade de suas razões, sentindo-me motivada a fazer o vestibular para a faculdade de Direito da PUC,

em que não era exigido o latim, matéria fora do currículo do magistério que eu cursara.

Quando estava no 3º ano desse curso, fiz concurso para a Justiça do Trabalho e assumi, em Chapecó, o cargo de Oficial Judiciário, interrompendo-o por breve período, porque, em razão da distância, não foi possível sua continuidade na Faculdade de Passo Fundo, como pretendia. Em 1970, tendo conseguido retorno para Porto Alegre, retomei o curso na PUC, mas em julho, quando estava na metade do 4º ano, casei e imediatamente fui morar em Maceió. Porém, não tendo conseguido transferência do cargo federal, me exonerei, dando seguimento apenas ao curso de Direito que concluí na Universidade Federal de Alagoas - UFAL, em 1971. A seguir, após minha inscrição na OAB, Seção Alagoas, por um curto período, atuei na Assistência Judiciária mantida pela Seccional para atendimento a pessoas carentes. E buscando atuar na área jurídica, me inscrevi no concurso instituído pela UFAL para docência em Direito Processual Civil, fui aprovada, mas não cheguei a lecionar. Em janeiro de 1975, viajei à Europa com meu ex-marido, e acompanhamos em Madrid, durante 40 dias com aulas diárias, cursos no Instituto de Cultura Hispánica. Ele, psicólogo, em sua área, e eu, o curso integrado ao I Programa de Especialización en Derecho Internacional Público y Privado.

Em Maceió, permaneci por oito anos e meio, até meu desquite em 1978, quando voltei a Porto Alegre com dois filhos - Tatiana e Rodrigo, durante as férias estatutárias, porque em 1975, mediante concurso público, o primeiro promovido pelo DASP para a função, ingressara na carreira de Procurador Autárquico Federal, tendo sido lotada na sede do ex-INPS em Maceió. Entretanto, ao constatar a desvalorização desse cargo e preocupada com a segurança de minha família, procurei aperfeiçoar-me profissionalmente e buscar outras possibilidades, que encontrei no concurso para Procurador do Estado do Rio Grande do Sul.

PRIMEIROS MOMENTOS NA PGE

Aprovada em 4º lugar no concurso realizado em 1982, fui nomeada em maio de 1985, após intensa e longa movimentação dos aprovados para superar a pressão política contrária à nomeação, em face da expectativa dos servidores fazendários que pretendiam o acesso à carreira de Procurador do Estado. Em razão disso, a posse deu-se sucessivamente em pequenos grupos de 10, ainda no antigo prédio da PGE, na Avenida Borges de Medeiros, na proximidade da Rua dos Andradas. Em seguida a esse provimento e a um

curto treinamento, passamos a atender imediatamente o interior, com lotação temporária nas regionais mais carentes e, posteriormente, após a posse dos primeiros 30, fomos lotados nas regionais escolhidas conforme a ordem de classificação e de nomeação.

Eram sensíveis as carências do serviço, apesar da boa vontade daqueles que nos acolheram nas novas funções, a que se somava minha inexperiência com o processo de execução, em que iria trabalhar prioritariamente no interior, porque minha atuação profissional precedente ocorrera preponderantemente no contencioso geral da previdência federal. Por tais razões, em parceria com a colega Ivany Therezinha Hartmann, que fora nomeada no mesmo concurso e já trabalhava em função administrativa na PGE, reunimos várias petições de procuradores em exercício, que se prontificaram a colaborar, destacando-se entre esses o procurador Jorge Arthur Morsch, cujas manifestações se destacavam por sua clareza e precisão. Desse modo formamos uma coletânea que foi reproduzida em cópias para todos os empossados para conhecimento dos padrões de procedimento, mormente daqueles específicos, uma vez que no interior inexistia um acesso rápido a fontes de consulta.

NO INTERIOR – PRIMEIROS DESAFIOS

Para essa lotação temporária**,** escolhi a 14ª Regional com sede em Alegrete, visando a melhor conhecer o interior do Estado e dispor de condições satisfatórias de acesso rodoviário. Regional que abrangia também as comarcas de Itaqui, Quaraí, Santiago, São Borja, São Francisco de Assis e Uruguaiana, substituindo o colega Dércio Marchi, nomeado no anterior concurso e integrante da primeira turma de procuradores designados para atendimento às ações de interesse do Estado em trâmite no interior, em substituição aos Promotores, que até então vinham desempenhando ali essa atividade.

Deslocava-me de ônibus, percorrendo as diversas comarcas onde permanecia pelo tempo suficiente às necessidades do serviço, executado em dependências das repartições fazendárias, que ocupava pelo tempo estritamente necessário ao desempenho, sem possibilidade de arquivamento ou manutenção de qualquer material, uma vez que não dispúnhamos de mobiliário próprio, e algumas vezes o espaço nos era cedido com certa resistência. Razões pelas quais viajava, como muitos, com uma máquina de escrever Olivetti portátil e a legislação básica que usava no hotel para elaborar as manifestações mais sucintas a serem imediatamente entregues em cartório. Os demais processos, que requeriam maior tempo para análise e manifestação, levávamos conosco na bagagem.

Situação pitoresca ocorria em Quaraí, onde havia contrabando de cebola, transportada em sacos por vários passageiros no maleiro do ônibus. Por cautela, adotei uma sacola de feira, onde colocava os processos, que guardava no bagageiro superior ao banco onde sentava.

Também ficou o registro da viagem **à** comarca de Quaraí, no inverno, exclusivamente para obter a expedição de um mandado para ingresso da Fiscalização da Secretaria da Agricultura em propriedade agrícola para extinção do cancro cítrico, mediante o abate de árvores. Medida intensamente combatida pelos agricultores, porem necessária, conforme a diretriz governamental. Providência que felizmente obtive com rapidez e me permitiu um rápido retorno.

Na última viagem a essa Regional, saí de Porto Alegre para fazer um percurso de aproximadamente 1.200 km, visitando todas as comarcas, para terminar em Itaqui na sexta-feira, quando voltaria a Porto Alegre no ônibus da manhã de sábado. Porém, cansada, ao deitar tirei o relógio automático, mas como a corda era acionada pelo movimento do braço, ele parou, perdendo eu a hora e o ônibus. Inconformada fiz contato com conhecidos que residiam em Uruguaiana e para lá fui, onde almocei e passei o dia, retornando no ônibus noturno para Porto Alegre, chegando na manhã seguinte.

EXPERIÊNCIAS EM LAJEADO

Na lotação definitiva optei pela 9ª Procuradoria Regional**,** com sede em Lajeado, e para lá transferi minha residência com meus filhos de 14 e 11 anos, ali permanecendo até ser possível a transferência definitiva para Porto Alegre, de modo a evitar viagens constantes e o meu afastamento das crianças.

Nessa Regional, além de Lajeado, atendia as comarcas próximas de Estrela e Taquari e a supervisão dos Assistentes Judiciários e, nas férias dos colegas que foram também ali lotados, assumia suas tarefas nas comarcas de Guaporé, Encantado, Arroio do Meio e as varas trabalhistas, ao mesmo tempo em que exercia a função de Coordenadora da Regional, embora sem a investidura formal na função, inexistente naquela época. Trabalharam comigo nessa Procuradoria Regional os colegas Marjori Teixeira Düren e, posteriormente, Heron Guido de Moura, em substituição aos colegas Warley dos Santos Farinatti, que àquela data ainda coordenava a Procuradoria do Interior, e Carlos do Amaral Terres.

Com surpresa e satisfação, ali encontrei, entre os títulos de propriedades do Estado, escrituras assinadas por meu pai, Fanor Azambuja de Marsillac,

como Procurador da Fazenda estadual (condição em que se aposentou e que detinha quando publicou, em 1940, compêndio de legislação e jurisprudência, sob o título *Consolidação das leis e decretos* sobre o Imposto de Transmissão de Propriedade, editado pela Tipografia do Centro S/A, 527p., dando assim continuidade às publicações anteriores sobre os temas mais versados, também em sua função de 4º Juiz Distrital da Capital, compreendendo: *Taxa Judiciária*, 1928, editado pelas Oficinas Graficas Thurmann, 257p., e Jurisprudência Estadual, 1º Vol., 657 p., com decisões proferidas no período de 1885-1926 pelo Superior Tribunal do Estado, e o 2º vol., 566 p., com decisões do mesmo órgão no período de 1895-1926, ambas, publicações editadas pela Livraria do Globo em 1929.) Em exemplares de algumas dessas obras constam apaixonadas dedicatórias à minha mãe com quem casou em fevereiro de 1930. Interessante registrar ainda sua filiação ao Instituto dos Advogados e que, nesta condição, foi um dos fundadores da OAB, Seção RS, como consta da ata de sua fundação em 28 de maio de 1932, em que foi inscrito sob o nº. 78, tendo sido seu primeiro Tesoureiro. Em Taquari permanecia ainda parte de sua família, e a lembrança de um dos primeiros juízes – João Teóphilo de Marsillac, seu pai, meu avô, e**,** na Casa dos Arcos, em Cruzeiro do Sul, a casa - hoje tombada - de meu bisavô, Primórdio Centeno de Azambuja, casado com Juliana Carolina de Azambuja, pais de minha avó Francisca Azambuja, esposa de João Teóphilo, de quem herdei meu segundo nome.

Em Lajeado, meus filhos continuaram seus estudos em boas escolas locais. Consegui alugar um agradável apartamento e telefone, porque inexistia linha disponível, mais tarde obtida em Estrela, com apoio da PGE e mediante tratativas junto ao então Presidente da CRT, Athos Rodrigues, que também fora aprovado no mesmo concurso para Procurador do Estado e que, por coincidência, fora Superintendente do IAPAS (ex-INPS) quando eu ali trabalhava. Difíceis, porém, eram as manobras entre as muitas colunas do estacionamento no carro que ainda não contava com direção hidráulica...

Estando radicada em Lajeado, minhas vindas a Porto Alegre foram espaçadas, porém, na primeira viagem, ainda terminando a mudança e depois de passar na PGE, atrasei-me para o retorno e ingressei na estrada Tabaí-Canoas ao anoitecer, com chuva e péssima visibilidade (antes das obras de duplicação), ao mesmo tempo em que retornava para Porto Alegre o General Geisel e sua comitiva após visita ao Pólo Petroquímico, defrontando-me assim com tráfego pesado em sentido contrário ao meu, e ainda preocupada com meus filhos sozinhos em Lajeado. Foi uma viagem horrível!

A atividade nessa Regional desenvolvia-se, também, sem sede própria, inicialmente em sala da Exatoria Estadual, naquela época sob a responsabilidade do Exator Eloir Morais, que, após mudança, nos cedeu uma sala e, após uma segunda mudança para outro prédio, nos viabilizou a ocupação do andar térreo, sendo instalada a repartição fazendária nos pisos superiores. Nessa ocasião, tive a oportunidade de solicitar ao Presidente da Caixa Econômica Estadual, Dr. Lauro Azambuja Guimarães, que conhecia por ser da família de meu pai, a cessão gratuita de móveis básicos (3 mesas e 3 cadeiras) que foram substituídos por outros nas novas instalações da agência que ali inaugurou.

Ali trabalhei principalmente com execuções fiscais, seguindo a tramitação desse procedimento especial, com os incidentes que lhe são comuns: parcelamentos, concordatas, falências, encerramento irregular das empresas, etc., concomitante a um esforço de esclarecimento do setor fazendário para que houvesse celeridade da remessa das dívidas à cobrança judicial como meio de assegurar melhores condições de cobrança nas ações executivas. Também eram numerosos os processos de desapropriação movidos em nome do DAER e em tramitação nas comarcas onde se situavam os imóveis.

Não foram muitas as dificuldades, porem, com a incumbência de supervisionar o trabalho dos assistentes judiciários e atendendo solicitação da PGE, tive de intervir em reunião convocada por um desses advogados exclusivamente para fins eleitoreiros. Em outra ocasião, no pico do verão, participei de diligência em Arroio do Meio para viabilizar a remoção e o transporte de bens penhorados em caminhão vindo especialmente de Porto Alegre para esse fim, com servidores e internos da FASE, para não frustrar a viagem dessas pessoas pela segunda vez, anotando os dados para que fosse lavrada a certidão, face à impossibilidade do cumprimento do mandado pelo Oficial de Justiça, segundo alegou.

Também ficou a lembrança da jornada de um dia inteiro viajando pela estradinha de pedras de acesso a Boqueirão do Leão, em veículo da Prefeitura local, para reunião com integrantes da Associação de Pais e Mestres, a fim de solucionar a situação da escola estadual em funcionamento, que fora construída em terreno comprado pela Associação, porém com irregularidade no título imobiliário, posteriormente suscitada e motivo de questionamento pelos herdeiros do vendedor que desejavam reaver o imóvel.

Mas duplamente exitosa foi a iniciativa de providenciar a certidão de alienação de veículo penhorado que servia de garantia a embargos opostos por devedor. Certidão que obtive junto ao DETRAN local e coloquei à dispo-

sição do colega responsável pelo feito, que residia em Porto Alegre e vinha semanalmente à Regional. Desse modo, com base naquele documento, foi declarada a deserção da ação e decretada a extinção dos embargos. Providência considerada como um dos motivos determinantes da promoção do colega por merecimento, conforme salientado pelo Coordenador do Interior ao divulgar as promoções.

Embora morando em Lajeado, continuava muito ligada a minha mãe, Maria Júlia Friederichs de Marsillac, já idosa que morava sozinha em Porto Alegre, acompanhando-a e dando-lhe assessoria em alguns negócios, a tal ponto que, nessa época, ela se dirigiu sozinha a um tabelião e providenciou na elaboração de procuração por instrumento público para conferir a mim plenos poderes para administração geral de seus bens, embora com tal iniciativa estivesse apenas se precavendo para qualquer impossibilidade futura, pois continuou ativa e lúcida até quase o final de seus 104 anos, administrando seu patrimônio, tendo uma ativa vida social e trabalhando para serviços assistenciais, pouco necessitando de cuidados médicos, embora filiada ao IPERGS-Saúde e ao plano Salutaris mantido pela APERGS, em que a inscrevi.

O RETORNO A PORTO ALEGRE

Em 1988, houve necessidade de procuradores em Porto Alegre e assim oportunizou-se meu retorno com lotação na Procuradoria Fiscal, estando a PGE já em funcionamento no Centro Administrativo Fernando Ferrari. Nessa especializada permaneci até 1998, procurando, da mesma forma e dentro de minhas possibilidades e em conjunto com os colegas e servidores, sanar as deficiências e aperfeiçoar a cobrança, também através de contatos e entendimentos com a Secretaria da Fazenda.

Embora as condições de serviço no CAFF fossem muito melhores do que na anterior sede, era problemático o calor no verão, principalmente na ala Sul, onde trabalhávamos expostos à reverberação do telhado de Brasilit vizinho que refletia o sol da tarde. Ali trabalhamos durante vários verões dispondo apenas de um ventilador, obtido por uma colega, embora fossem muitas as salas ocupadas. Entretanto, nada tirava o *élan* da comemoração dos aniversários, capitaneada pela servidora Jussara Passos da Silva, animadamente festejadas com doces e refrigerantes e muita alegria, a par do café por ela servido diariamente. Mais tarde chegaram os aparelhos de ar condicionado, que por muito tempo desligavam em razão da alta carga, até o abastecimento de energia ao prédio ser melhor dimensionado e reforçado pela CEEE.

De modo similar ao que fora feito por ocasião da posse, providenciamos uma pequena coletânea de petições-padrão, precursora dos arquivos digitalizados. Durante meu período de trabalho na Procuradoria Fiscal**,** foram ali também lotados os Procuradores José Orlando Simon, então Dirigente da Equipe de Execução Fiscal, Dércio Marchi, Vera Maria Terra de Oliveira, Maria Eunice Silva, Maria Rillo, Maria Teresa Saenger Giacomuzzi, Maria Dorália Saldanha Rohenkhol, Gabriel Pauli Fadel, Maria Dolores Mainieri Abbott, Marinice Maria Tedesco Zanchi, Teresinha Henz, Gilda Marques Tweedie, Ivany Therezinha Hartmann**,** e mais tarde passaram a integrar a Equipe a colega Georgine Simões Visentini e os colegas Jorge Ubirajara Machado Osório, Antônio Julcemar Bordin Borges, Miguel Augusto Basso Damiani e Paulo Roberto Hahn. E não há como deixar de referir a colaboração prestimosa do Chefe de Secretaria, Sr. Francisco Silva da Silva, bem como do Assessor Márcio Irapuã Reis da Fontoura e do funcionário Newton Jankowski, este último, embora atendesse ao Contencioso Tributário, permanecia sempre acessível quando se fazia necessária alguma informação extra, sendo exemplar o arquivo que organizou com jurisprudência e doutrina sobre os temas mais versados pelo setor. Arquivo algumas vezes consultado por nós, do setor de execuções fiscais, para embasamento das impugnações a embargos ou para elaboração de recursos, complementando os subsídios que buscávamos junto à Secretaria da Fazenda e em outras fontes. Arquivo que serviu de modelo para que criássemos também o nosso com matéria específica sobre execução fiscal. Nesse setor – do Contencioso Tributário, chamado por nós de "Senadinho" – trabalharam nessa época Luiz Carlos Adams Coelho, Bruno Sérgio de Araújo Hartz, Cláudio Fernando Varnieri, Helena Acauan Pizzatto, e Mauricio Berni, colegas com quem mantínhamos uma amistosa convivência**.** E sempre foi de grande proveito o trabalho de acadêmicos admitidos como estagiários, que atendiam em geral a dois procuradores ocupantes da mesma sala.

Em 1989, fui designada pela Dra. Cléa Maria Carpi da Rocha, então Presidente da OAB/RS, para integrar a 4ª. Comissão de Ética e Disciplina daquele órgão. Função em que pouco permaneci, solicitando meu desligamento em face da necessidade de dar maior acompanhamento a minha família**,** a par de meu trabalho na PGE. Em 1983 já ingressara também no Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, como membro efetivo, apresentada pela colega Procuradora Autárquica Federal Elizabeth Leite Vaccaro, ao tempo em que aquele Instituto era presidido pelo advogado Luiz Carlos Madeira.

Em 1990, Porto Alegre sediou o XVI Congresso Nacional de Procuradores do Estado, em que participei da Comissão Organizadora responsável pela publicação das teses, juntamente com o colega Gilberto Aronne, e pela elaboração do horário e distribuição das salas do Centro de Eventos do Hotel Plaza São Rafael, onde se realizou. Exitoso evento em razão do contato que propiciou com os colegas de todas as regiões do País e da divulgação de novas formulações jurídicas.

NOVOS DESAFIOS

Era o tempo da máquina de escrever e do Setor de Mecanografia da PGE, sito no 11º andar do CAFF, para onde encaminhávamos nossos trabalhos de maior porte (recursos, contra-recursos, impugnações a embargos etc.) com antecedência ao prazo final para que fossem datilografados e devolvidos para revisão, ainda a tempo de serem feitas as correções, muitas vezes necessárias, que obrigavam a substituição de uma ou de várias folhas por outras a serem novamente datilografadas antes do término final do prazo. Era um estresse! Trabalho feito por datilógrafas que, além da tensão motivada pelo volume de serviço, para ser atendido em curto espaço de tempo, também sofriam com a má caligrafia e as difíceis minutas de alguns colegas. Esse serviço entrou em declínio e foi extinto em 1996, em razão do uso de computadores pelos próprios procuradores, preparados para essa transição por treinamento no Centro de Processamento de Dados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em diversas etapas desde 1994, com base em convênio firmado entre a PGE e aquela instituição. Lamentável, por**é**m, que essa transição tenha sido marcada tragicamente pelo assassinato da funcionária Neide Ferreira, chefe daquele setor, de seus pais e de sua irmã, por seu ex-companheiro, que pretendia ficar com a pensão da filha que tiveram em comum. Acontecimento lastimável que a todos chocou.

Eram grandes as dificuldades para dar efetividade à cobrança, principalmente em razão da dissolução irregular das empresas sem qualquer patrimônio e com responsáveis também sem condições financeiras para pagamento. Situação em parte ocasionada pelo deferimento de parcelamento administrativo sem garantia, delonga no encaminhamento das certidões de dívida à PGE, falta de informação quanto aos ativos das empresas devedoras e muitas vezes pela falta de conhecimento daqueles que constituíam as sociedades comerciais sem qualquer preparo para a atividade pretendida. Era tão grande o número desses casos que o colega-poeta Dércio Marchi nos cognominava

de "procuradores de nadas e de nenhuns". Nessas circunstâncias, chegamos a identificar o advogado responsável pela representação de várias empresas que, de modo fictício, transferiram as respectivas sedes para São Paulo, para o mesmo endereço, parece-me que para o município de Diadema, de modo a dissimular a extinção irregular e dificultar a responsabilização dos sócios.

Essa questão foi suscitada pelo Presidente do Tribunal de Justiça. Dr. Adroaldo Furtado Fabrício, em reunião em que acompanhei as Dras. Eunice Nequete e Rosa Maria de Campos Aranovich, Procuradoras-Geral e Adjunta. Ocasião em que, à sua manifestação de inconformidade pelo fato de o Estado recorrer da extinção decretada nessas ações, com base na prescrição por falta de localização dos responsáveis, contrapus a ciência de que essa extinção ocorria por falta de localização das empresas irregularmente dissolvidas e de seus responsáveis, o que ele admitiu. Salientei então que, nessas circunstâncias, essa decretação equivaleria - para os devedores - à obtenção de um benefício por sua própria fraude, o que também reconheceu, e que, nesse contexto não convinha ao estado simplesmente esquecer o procedimento irregular e a inadimplência e extinguir qualquer perspectiva de cobrança, o que resultaria em incentivo a essa prática ilícita.

Nesse período muitas empresas fantasmas foram constituídas por "sócios -laranjas" com o objetivo definido e criminoso de simular crédito fiscal gerado em notas fiscais frias. Ocorrências que ficavam sob o crivo da Secretaria da Fazenda em atuação conjunta com o Ministério Público em repressão ao crime de sonegação fiscal, então muito ocorrente.

Um episódio pequeno, mas marcante, foi a reação de um devedor que reiteradamente aparecia para pagar parte do débito às vésperas do leilão de seu telefone, a fim de suspendê-lo sem dar curso ao parcelamento e que, tentando novamente essa estratégia, veio procurar-me. A reação desse indivíduo à minha negativa foi de tal monta que os colegas recentemente nomeados Anir Luiz Bizarro Lopes e Mauro Mainardi, ali em treinamento, receando uma agressão, vieram sentar-se defronte à sala em que eu atendia o indivíduo. E esse ainda tentou justificar a falta de continuidade do parcelamento com a alegação de que se encontrava preso. Seu sobrenome era....dos Anjos.

A TENTATIVA DE ALTERAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

Procurando melhorar a cobrança mediante um trabalho mais efetivo, tive ocasião, como Dirigente da Equipe de Execução Fiscal e em colaboração com os colegas atuantes na unidade, de formular estudos com vistas à elaboração

de projetos de lei, primeiramente para fixação de prazo para encaminhamento das certidões de dívida ativa à cobrança judicial e para extinção de execuções de pequeno valor, similar a que já existia em âmbito federal. Projeto formatado e encaminhado à Assembléia Legislativa pelo colega Gabriel Pauli Fadel e que, aprovado, converteu-se na Lei nº 9.298, de 09 de setembro de 1991. Em sequência, outro projeto, por nós elaborado, foi convertido na Lei 10.915, de 03/01/97, disciplinando a devolução ao setor administrativo das execuções fiscais exauridas, aquelas sem localização das empresas ou dos responsáveis tributários com capacidade para pagamento dos débitos, e das massas falidas em situação similar, como modo de superar essa situação sem extinguir os débitos. Ainda em continuidade às tratativas para melhor instrução dos débitos encaminhados à cobrança judicial em 17/05/95 foi instituída Comissão de Integração das Atividades da Secretaria da Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado, de que participei. Porém, cumpre registrar que, durante esse período, também houve execuções que resultaram em significativos ganhos para o estado, inclusive mediante penhora de renda de empresas recalcitrantes, adjudicações e parcelamentos, diligentemente acompanhadas pelos colegas que integravam a Equipe.

Uma iniciativa também profícua foi a de compilar a jurisprudência sobre os dois temas mais versados nas execuções - prescrição e responsabilização pessoal dos sócios de empresas irregularmente dissolvidas - sendo ambas publicadas pela PIDAP em dois fascículos, como subsídio para a elaboração dos trabalhos em face da dificuldade de acesso à jurisprudência atualizada, principalmente no interior do estado, eis que somente existentes àquela data as publicações impressas.

Também entendi como necessário o fornecimento aos novos colegas, recentemente nomeados que iniciariam sua atuação no interior, de pastas A-Z com um "mix" de manifestações padronizadas, instruções para procedimentos especiais, como parcelamento, concordatas, falências etc..e também com a jurisprudência aplicável. Pastas que montava com o auxílio da funcionária Maria Ignez de David, cuja marcante disponibilidade e interesse muito contribuiu para essa realização desse trabalho.

E ainda com satisfação, lembro o fato de ter encontrado rapidamente na Biblioteca da PGE (ao final de uma sexta-feira à tarde), em revista de jurisprudência recentemente publicada, a decisão do STF, proferida em ação rescisória, que anulava decisão anterior do mesmo tribunal por considerar aplicável à concordata, no âmbito das execuções fiscais, a isenção de multa prevista nas falências. Ocorre que a decisão anulada pelo novo julgado era

referida por Theotônio Negrão em seu Código de Processo Civil Anotado, então utilizado como "bíblia" e que, nessa condição, dava embasamento à decisão judicial contrária ao Estado no processo em que eu atuava. Dessa forma, tive condições de utilizar o novo julgado do STF como embasamento do recurso e reverter o resultado tornando-o favorável ao estado. Em razão dessa alteração jurisprudencial e ciente da grande influência dessa obra, escrevi uma carta ao autor, encaminhando-lhe a nova decisão, e ele me telefonou para agradecer e para informar que na próxima edição a incluiria, o que fez, também, por carta registrada (cuja cópia compõe o arquivo da APERGS) porque eu não me encontrava na PGE no momento em que ligou, tendo sido então atendido pela funcionária Maria Ignez.

Em decorrência de contatos feitos em congressos tributários, também foi possível convidar o Procurador da República Léon Fredja Sklarowski, principal responsável pelo projeto de lei para disciplinamento específico da execução fiscal, convertido na Lei nº 6.830/80 e autor de obra sobre a matéria, que veio a Porto Alegre para participar das comemorações do 40º aniversário da instituição com palestra sobre o tema.

Participei de vários congressos sobre Direito Tributário e ao final de um deles, em São Paulo, tive oportunidade de falar com um dos palestrantes, o jurista Yves Gandra da Silva Martins, durante um jantar. Impressionada ainda, com o detalhamento e a profundidade das palestras em contraste com a falta de conhecimento e qualificação dos políticos em geral e dos dirigentes políticos eleitos, indaguei sobre essa questão. Ao que ele me respondeu – "Escrevi um livro sobre isso, vou lhe mandar." e solicitou meu endereço. De fato, pouco tempo depois, recebi, com uma gentil dedicatória, o livro intitulado "O Estado de Direito e o direito do Estado", Editado por José Bushatsky, SP, 1977, em que, a par de um histórico sobre a formação do estado e da análise sobre os valores humanos e instituições governamentais, salienta a disparidade existente nos critérios de escolha dos agentes públicos, pois só exigida qualificação para cargos do Judiciário, ao passo que não há qualquer exigência de habilitação ou de experiência prévia para os integrantes do Legislativo e do Executivo.

Tive a oportunidade de repetir o mesmo questionamento ao ex-ministro Nelson Jobim, em jantar da OAB, ao qual ele respondeu dizendo que em geral esperamos um resultado efetivo das dificuldades políticas do país durante o curso de nossas vidas, mas que a solução dessas podem ser bem mais demoradas. Reflexão que parece muito aplicável aos tempos atuais...

VIVÊNCIAS DO COTIDIANO

Como já referi, algumas vezes me surpreendo com verdadeiras "ajudas" para obtenção de um resultado muito focado, assim os sinto. E isso também ocorreu em ocasião em que estava com viagem marcada para Florianópolis a fim de verificar a avaliação e registrar a penhora incidente sobre imóveis ali localizados, pertencentes a uma empresa executada. Era inverno, o vôo era cedo e estava tudo agendado – passagens e hotel, e eu muito gripada, porem, à noite, senti que o quadro tinha evoluído para gastrenterite. Pensei – vou para evitar as remarcações, e fui. Entrei no avião e, logo em seguida entrou e sentou, em um banco mais à frente, o médico Dr. Luiz Antônio Nasi, que já havia consultado e, na época, atendia minha mãe. Não tive dúvida, em minha agenda descrevi os sintomas e lhe repassei. Pouco depois ele passou pelo meu lugar e disse-me que também desceria em Florianópolis e que o procurasse na chegada. Assim foi e - tudo resolvido - saí com uma receita de medicamentos, prescrição de repouso e dieta, e sem maior preocupação. Fiz a diligência prevista e dois dias após retornei, já bem melhor.

Na Procuradoria Fiscal ao longo de aproximadamente 10 anos de atuação, e onde ocupei por duas vezes a função de Dirigente de Equipe, tive como coordenadores os colegas Floriano Miller Netto, Maria Dorália Saldanha Rohenkhol, Cláudio Fernando Varnieri, Luiz Felipe Targa, sendo que a este último substituí por um breve período na condição de Coordenadora Adjunta, e, ao final, Paulo Roberto Basso.

Em meados de 1992, procurando um lazer familiar que oportunizasse atividade ao ar livre, com a assessoria técnica de meu irmão Fernando, pai de meu sobrinho e também colega César Kasper de Marsillac, compramos um barco à vela com motor de popa, que nos proporcionou deliciosos passeios pelo Guaíba e algumas regatas de recreio com saídas maravilhosas à noite. Esporte que poderia e deveria ter mais adeptos, até mesmo em razão de seu custo, inferior ao de um carro popular e mais acessível do que a aquisição de imóvel na praia, porque disponível durante todo o ano e apenas dependente das condições meteorológicas, além de envolver a associação e a freqüência a ótimos clubes. Apesar de ter obtido habilitação como Arrais Amador, sofri com minha insegurança por não saber nadar, mas valeu...

Minha família foi crescendo. Meu filho casou-se e logo após nasceram meus netos gêmeos – Thiago e Lucas, com muito apoio das famílias em razão de o casal ser muito jovem e de ambos serem ainda universitários. Um pouco mais tarde veio também Gabriel compor esse grupo familiar, com algumas

dificuldades especiais, que demandam atenção e constante acompanhamento, trazendo, porem, muita afetividade e alegria.

EXPERIÊNCIAS NOVAS

Em 1998, busquei uma mudança e solicitei minha lotação na Equipe de Consultoria da Procuradoria de Pessoal, carente de procuradores em face das inúmeras aposentadorias motivadas pela Reforma Previdenciária aprovada logo após a Reforma Administrativa. Preocupada em atualizar-me com as formas e com a reforma, aproveitei a ida a um Congresso de Direito Administrativo em Foz do Iguaçu para adquirir, nos stands de livros montados no local do evento, uma grande quantidade de obras, que o colega Anir L. Bizarro Lopes me ajudou a trazer, permutando temporariamente essa carga com as compras que ele havia feito e que coloquei em minha bagagem.

A mudança da atividade judicial para a de consultoria foi um pouco difícil de início, apesar do auxílio dos colegas ali atuantes (principalmente do Dirigente da Equipe Euzébio Fernando Ruschel), a par da inexistência de uma legislação consolidada aplicável ao Magistério, o que obrigava a um levantamento minucioso das normas em vigor e a sua compatibilização. Porém, aos poucos e graças aos arquivos já existentes na unidade fui me adaptando às novas condições de trabalho e nesse consegui um melhor rendimento quando constatei que só poderia passar a equacionar juridicamente a situação em exame após a elaboração do relatório e de fazê-lo com a maior precisão possível, porque até mesmo os detalhes aparentemente irrelevantes poderiam alterar a orientação final a ser expressa na informação ou no parecer. Mas registro que a análise coletiva dos trabalhos nas reuniões da equipe foi um interessante e desafiador aprendizado e uma valiosa experiência ao possibilitar múltiplas visões sobre o mesmo tema e dessa forma possibilitar mais consistência na exposição e nas conclusões e mais segurança, o que é de grande valia principalmente em razão da abrangência dessas manifestações, algumas expressamente alçadas ao nível de decreto e aplicáveis a toda administração pública estadual.

Nessa Equipe foram inúmeras as alterações na lotação de colegas que vieram a integrá-la por um curto período ou que dela se afastaram para trabalhar em outros setores. Motivo pelo qual registro apenas o nome da colega Adriana Maria Neumann, que há mais tempo permanece no mesmo serviço de consultoria com inexcedível dedicação e competência

Dos trabalhos ali elaborados por mim em matéria administrativa destaco os Pareceres nº 12.829/2000, 12.996/2001 e 13.328/2002, em que enfatizei

o exercício da atividade de consultoria no Sistema de Advocacia (Assistência Jurídica e Defesa Judicial) do Estado, seu caráter e seus efeitos conforme definidos pelo ordenamento em vigor, concluindo pela observância obrigatória das diretrizes assentadas em parecer aprovado pelo Procurador-Geral, na condição de Chefe do Sistema. Diretriz hoje reafirmada por recente legislação estadual.

EM PROL DE UM APERFEIÇOAMENTO

Em 2004, matriculei-me no primeiro curso de Especialização em Direito do Estado promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenado pelo Professor Cézar Saldanha Souza Júnior, em que houve, ao final, a exigência da elaboração de um trabalho. Em razão de encontrar-me estudando a questão dos Conselhos de Administração e Fiscal das Sociedades de Economia Mista, visando demonstrar a inexistência de acúmulo indevido quando essas funções são atribuídas a servidores efetivos ou comissionados, propus ao orientador tema nesse âmbito, e com seu aval elaborei o trabalho posteriormente aprovado e inserido no volume intitulado Direito do Estado – novas tendências, publicado pela UFRGS em outubro/2005, onde consta a pags. 539 a 572, sob o título "A composição dos colegiados da administração pública direta e indireta". Publicação apresentada ao Conselho Superior da PGE quando foi a exame a minuta do parecer que elaborei aprovado sob o nº 15.010/2009, com posterior ratificação pelo Governador do Estado, infirmando cinco pareceres anteriores também chancelados pelo Chefe do Executivo, com superação de uma controvérsia que se alongava por mais de dez anos causando prejuízos efetivos para a administração estadual. Ao todo, de minha lavra foram aprovados 166 (cento e sessenta e seis) Pareceres e 82 (oitenta e duas) Informações, elaborados enquanto integrante da Equipe de Consultoria da Procuradoria de Pessoal, dentre esses alguns aprovados pelo Governador do Estado, a par do trabalho referente a ações de inconstitucionalidade em matéria de pessoal. Por dois breves períodos exerci a função de Dirigente dessa Equipe.

Participei do Conselho Superior da PGE em dois períodos de 02/09/1998 a 30/06/99, e de 12/03/2009 a 30/06/2011, em ambos por designação do Gabinete. Experiência extremamente enriquecedora por viabilizar contato com uma variedade de matérias, analisadas e revistas em várias instâncias, oportunizando um conhecimento amplo, profundo e atualizado, necessário como embasamento à sua aprovação pelo Procurador-Geral e por vezes pelo Governador, quando lhe é atribuído o status de decreto disciplinador ao estabelecer uma orientação geral para a toda a administração estadual, como já referido.

Nesse colegiado, lembro ocorrência interessante referente a processo em que se examinava o afastamento remunerado de celetista da CEEE, analisado há mais de 11 anos com resultado de indeferimento da pretensão, que retornava sem menção ao processo anterior e sem qualquer elemento novo, e que lembrei em face da singularidade do nome do interessado. Fato que possibilitou sua localização e restauração por microfilmagem, porque o original já fora incinerado, e assim a reiteração do primeiro resultado.

Em razão de minha experiência anterior com previdência social, muitos processos que versavam essa matéria me foram encaminhados, mormente com a entrada em vigor da EC 20/98, que introduziu grandes alterações em âmbito nacional ao definir novas bases para constituição dos regimes próprios e alterar o sistema previdenciário, fazendo-o contributivo, ao mesmo tempo em que modificou os critérios para a concessão de aposentadorias e pensões. Alterações que geraram uma grande demanda de consultas ao setor, com necessidade de imediato estudo e aprofundamento da matéria em regime de urgência, bem como minha participação em vários eventos e congressos de Direito Previdenciário e em várias comissões para elaboração de projetos de lei para adequação às novas diretrizes constitucionais. Fui então designada pelo Senhor Governador do Estado, 22 de dezembro de 2003, para integrar o Grupo de Avaliação da Previdência Pública do Estado e Acompanhamento da Reforma Previdenciária Federal, criado pelo Decreto 42.105, de 09/01/2003, e, pouco depois convidada pelo Presidente do IPERGS, Otomar Vivian, para coordenar a comissão responsável pela elaboração dos projetos referentes à previdência e à saúde. Trabalho em que pude contar com a colaboração da competente Assessora da Presidência do IPERGS, Dra. Luci Monteiro, especialmente quanto ao disciplinamento da saúde em que solicitei também a participação dos médicos atuantes na autarquia. Trabalho que resultou nos projetos convertidos nas Leis Complementares nº 12.065, de 29 de março de 2004, e 12.134, de 26 de julho de 2004, embora com muitas supressões em razão de divergências políticas quanto aos textos.

NOVOS ENCARGOS

Em maio de 2006 fui designada pela Procuradora-Geral, Dra. Helena Maria Coelho, como Agente Setorial no IPERGS, com encargos de chefe da Procuradoria Jurídica daquela autarquia, atuando inicialmente sozinha e posteriormente em conjunto com a colega Cláudia Rudziki Kremer, atendendo aos dois setores - previdenciário e de assistência médica. Ali operacionali-

závamos: o encaminhamento das decisões judiciais ao setor administrativo responsável pela implementação dos benefícios; análise de concessões questionadas pelos setores responsáveis; equacionamento de questões imobiliárias remanescentes da antiga carteira mantida pelo IPERGS, inclusive áreas e condomínios ainda pendentes de regularização ou invadidas; locações de imóveis próprios do IPERGS; licitações concernentes a aquisição de serviços e materiais; elaboração e revisão de normas internas referentes ao setor previdenciário e aos serviços de assistência médica; elaboração de informações em Mandados de Segurança impetrados contra a autarquia; embargos a execuções fiscais movidas contra o IPERGS; acompanhamento da revisão das pensões de filhas solteiras etc.

Na coordenação do serviço jurídico do IPERGS, a primeira dificuldade foi a deficiência de pessoal, com um número bastante reduzido de advogados de um quadro que tinha sido bastante amplo, permanecendo porém em dedicada atividade e colaboração, até falecer, o Técnico Previdenciário Dr. Newton Coutinho Saraiva. Também pequeno era o número de servidores lotados no setor, embora fosse digno de todos os elogios o desempenho do Chefe de Secretaria - Sr. Roberto Fogliatto, antigo e dedicado funcionário e nesta data ainda em atividade, que procurava incansavelmente atender todas as demandas. Mas contei com o apoio e incentivo do colega José Guilherme Kliemann, que presidia o Conselho de Administração do IPERGS, atual presidente do Instituto, e com a colaboração do responsável por sua Auditoria, Senhor Rui Osório Devicenzi, do Dr. Jorge Peracio da Rosa Santos, Diretor Financeiro, cuja Secretária Beatriz Huff Brunilde Hansen, sempre se manifestava de modo gentil e acolhedor, e de José Alfredo Pezzi Parode, da Comissão de Controle, posteriormente Presidente do Instituto. Algum tempo depois de minha chegada a Auditoria disponibilizou para a Procuradoria Jurídica uma estagiária – Ilse Tondo, que atuando como minha auxiliar direta tornou-se valiosa colaboradora. Pessoas que contribuíram para que eu melhor superasse a inicial reação de servidores a minha designação e para que assumisse esse encargo com positividade.

O então Presidente Otomar Vivian era sensível às nossas reivindicações de pessoal, mas o quadro era integrado por antigos funcionários, em número extremamente reduzido em decorrência do elevado número de aposentadorias e da falta da realização de concurso público há longo tempo.

Posteriormente, com o apoio da PGE e de sua Bibliotecária, Maria Carla Ferreira Garcia, conseguimos um estagiário, André Kaufmann Nogueira, para trabalhar, sob sua orientação, na biblioteca do IPERGS e reabri-la com oportunos aportes provindos da própria PGE e de doações do TJRS. Tam-

bém tive apoio de diversos setores especializados da PGE, principalmente através dos colegas Márcia Cadore Weber, Andréa Tratchmberg Campos, Patrícia Neves Pereira e Telmo Lemos Filho, que muito contribuíram para a análise e solução de questões mais complexas. Ainda contei com a preciosa disponibilidade e colaboração dos colegas Luiz Fernando Krieger e Max Moeller, em períodos de substituição, e ministrando palestras sobre assuntos de interesse do IPERGS, os Procuradores convidados: Ricardo Seibel de Freitas Lima, prematuramente falecido, Ernesto Diel e Luiz Kothe Hagemann.

Algumas das questões que mais me ocuparam e preocuparam no IPERGS referiam-se a cobranças do INSS, referentes a contribuições sobre jetons pagos aos integrantes do Conselho de Administração da autarquia, que conseguimos superar porque, sem previsão legal. Outras correspondentes a contribuições previdenciárias incidentes sobre o trabalho de médicos credenciados, e uma terceira, a mais problemática, referente às contribuições devidas e não recolhidas, incidentes sobre a remuneração dos servidores inicialmente admitidos como celetistas – os transpostos por força da Lei Complementar nº 10.098/94. Questão que gerou problemas em todo o funcionalismo riograndense, mas que recentemente soube solucionada no âmbito da autarquia, em decorrência do reconhecimento e parcelamento do débito, excluindo definitivamente a possibilidade de aposentadoria desses servidores pelo regime próprio da previdência estadual, isto é, pelo próprio IPERGS. Porém, enquanto lá estive vi-me na contingência de apresentar embargos, embora contra o posicionamento que adotávamos na PGE, para que houvesse tempo de ser examinada administrativamente a possibilidade de reconhecimento desse débito e de seu parcelamento, como depois ocorreu, considerando o risco de serem sustadas as transferências de recursos federais para o estado, em razão dessas dívidas, como previsto pelas normas federais.

Outra questão marcante e de grande repercussão foi o levantamento dos dados para encaminhamento ao Ministério Público das fraudes verificadas no uso de *stents* por um grupo integrado por médicos atuantes em diversos hospitais do interior do Estado.

UMA INESPERADA HOMENAGEM

Em gentil manifestação, o Presidente do IPERGS convidou minha mãe, então com mais de cem anos e assim integrante da faixa etária das mais idosas pensionistas do IPERGS, para representá-las na cerimônia realizada no Palácio Piratini, que inaugurou a adoção do cartão magnético na prestação

da Assistência Médica. Assim, ela voltou a visitar o Palácio, lembrando o tempo em que, muito jovem, acompanhava seu pai, João Vicente Friederichs, na orientação e vistoria dos trabalhos de decoração interna pelos quais sua empresa era responsável.

Em 2008, solicitei exoneração da função de Agente Setorial, em face do agravamento do estado de saúde de minha mãe, porém, para que o trabalho ficasse em dia, fui trabalhar em um domingo e estava sozinha na Procuradoria, situada no 12º andar, quando ouvi um barulho metálico próximo a mim. Sabendo da permanência dos vigilantes no andar térreo, não me assustei, mas fui procurar e encontrei a razão – em cima da caixa metálica externa do ar condicionado estava um casal de falcões peregrinos. Fiquei encantada com tal visita e esperei alçarem vôo para retornar ao trabalho, sabendo depois, por colegas ali atuantes, que várias vezes viram essas aves próximas porque Porto Alegre está em seu curso migratório. Pesquisando, vim então a saber que essa espécie de médio porte (entre 34 cm a 58 cm) chega a atingir mais de 320 km/h em seu vôo de mergulho!

Após esse período no IPERGS, voltei a trabalhar na PGE, cuja sede já fora parcialmente transferida para o prédio antes ocupado exclusivamente pelo DAER. Nesse retorno, fui lotada na Assessoria do Gabinete, a convite do colega José Guilherme Kliemann, Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos, durante a gestão da Procuradora-Geral Eliana Graeff Martins, onde continuei a atender prioritariamente matéria de pessoal, inclusive mediante a formulação de Informações, além da matéria previdenciária e da revisão formal de pareceres e de informações previamente a sua aprovação, e ao final dessa gestão retornei à Equipe de Consultoria de Pessoal. Nessa Equipe, além de vários pareceres, informações e ações diretas de inconstitucionalidade contra leis municipais em matéria de pessoal, tive ainda oportunidade de elaborar a inicial da ADI 4582/2011, em que o Estado negou a pretensa obrigatoriedade de aplicação do índice de reajustamento federal aos benefícios previdenciários concedidos por seu regime próprio. Ação ajuizada no Governo Tarso Genro e acatada liminarmente pelo Ministro Marco Aurélio Mello, Relator.

Também procurei incentivar a criação do Centro de Estudos de Direito Previdenciário, contando com a perspectiva de ser oportunizada aos colegas maior qualificação nessa área, quiçá através de cursos subvencionados por instituições internacionais.

Após ter encerrado o último período de mandato no Conselho Superior, trabalho que considerava extremamente interessante, porque diversificado e desafiador, e envolvida com questões familiares após o falecimento de minha mãe em novembro de 2009, senti, aos 67 anos, que era o momento de apo-

sentar-me para melhor tratar de assuntos pessoais e familiares, embora ainda tivesse interesse pelo exercício da função.

Meu filho Rodrigo estabilizou-se profissionalmente após concurso para o cargo de arquiteto-urbanista da Prefeitura de Porto Alegre, com especialização em Sensoriamento Remoto no INPE e mestrado em Tecnologia da Informação na UFRGS. Hoje está em uma nova relação com mais um filho – Matheus, o caçula de nossa família.

Minha filha Tatiana é integrante da Advocacia Geral da União, fez mestrado em Direito das Relações Internacionais na Universidade de Brasília, durante o período em que lá trabalhou. Atualmente tem seu maior foco no estudo e na prática da mediação no âmbito do direito público. Reside em Porto Alegre com o marido e uma filha - Maria Teodora, de temperamento forte, mas sensível e criativa, uma ótima companheira em qualquer programação familiar, embora integre animado grupo da sua faixa etária.

Atualmente meus netos mais velhos, gêmeos, são universitários, Thiago cursa Medicina na UFRGS e Lucas Engenharia Mecânica na mesma Universidade, mas em razão de convênio desta com a França, deu continuidade a seu curso na ENSTA-Paris, onde permanecerá pelo período mínimo de dois anos. E Gabriel encontrou no meio-irmão Matheus um grande amigo e companheiro de brincadeiras.

Família que superou todas as expectativas que eu poderia ter nutrido, mas que não adotei como meta, investindo apenas no acompanhamento às vezes trabalhoso, mas necessário, e que, por isso, para mim é extremamente surpreendente e gratificante.

Na PGE gostaria de ter feito mais e certamente isso seria possível se antes tivesse a visão e a estabilidade que só se adquire com o tempo e com a criação dos filhos. Entretanto, acredito que contribuí em certa medida para a solução de alguns impasses e para estimular um trabalho consistente em busca de resultados efetivos, viabilizados também pela eficiente e solidária colaboração de colegas, servidores e estagiários.

Desse modo, após o período de 27 anos em que permaneci na PGE e totalizando 38 anos de serviço público, relembro a convivência nesse ambiente de trabalho com um sentimento próximo à fraternidade, desejando que a instituição - que ainda integro com satisfação e orgulho - se afirme cada vez mais e atinja o reconhecimento público que tanto merece.

Outubro de 2021.
Marilia F. de Marsillac

Dr. Caio José Lustosa

Ao ensejo de uma entrevista concedida ao jornalista Ney Gastal, do "Jornal RS", em abril de 1989, quando me indagou de onde nascera a minha ligação com a luta ambientalista, tive a oportunidade de responder:

"Começou lá por 73/74, quando eu nem era, ainda, Procurador do Estado. Era Advogado de Ofício e assistia aos marginalizados nas áreas, cível, de família ou criminal. Também advoguei muito para sindicatos. Sempre tive uma visão social do Direito. Talvez por isto tenha iniciado esse tipo de trabalho ainda na década de 60, quando ingressei na então Consultoria Geral do Estado, através de concurso, depois de ter sido impedido de ingressar no Ministério Público por razões ideológicas. Quando, em 73/74, aconteceu o caso Borregaard, e a cidade ficou mergulhada naquela fedentina, vi que algo precisava ser feito. E adotei uma posição meio quixotesca, entrando com uma queixa-crime. Deu em nada, mas em seguida fui somar meu esforço ao pessoal que estava se aglutinando na Agapan e, desde então, estou ligado às questões ecológicas. Considerando também que já sentia estes problemas bem antes, quando fazia advocacia de ofício e tinha muitas questões ligadas a doenças profissionais, insalubridade nas fábricas, coisas assim. Já então, estudava muitos problemas de contaminação, por exemplo. Quando a questão ecológica explodiu, eu já estava bem enfronhado no assunto".

Fácil perceber, então, que a vocação profissional de advogado público e o comprometimento de ativista ambiental acabaram se conectando adequadamente. Além disso, esta simbiose resultou num desempenho produtivo para ambas as áreas, pois pude emprestar minha formação jurídica para as causas ambientais e qualificar meu desempenho em favor do Estado quando temas correlatos exigiam trabalhos consultivos ou contenciosos.

Espero que isso possa ficar refletido neste relato que estou tendo a satisfação de fazer para o projeto Memórias, da Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul, destinado a realçar a relevância da PGE e a importância que tiveram seus Procuradores ao longo destes últimos 56 anos.

VÍNCULOS QUE FALARAM ALTO

Qualquer ser humano um dia se vê desafiado pelo questionamento, afinal, porque sou como sou? E entre as incontáveis respostas possíveis, o vínculo familiar e a herança genética tendem a falar mais alto. Por isso, ao investigar minhas origens, sou compelido a ver nos meus pais muito dos traços que compuseram a minha saga. A inconformidade, a inquietude, a rebeldia, o ativismo, a vocação legalista e o comprometimento com o social, acompanharam sempre meu pai, Eurico de Souza Leão Lustosa e minha mãe, Aracy Pinheiro Machado Lustosa. Ele nascido em Jaboatão dos Guararapes, e certamente descendente dos portugueses que desalojaram de Pernambuco os holandeses. Ela, missioneira, de São Luiz Gonzaga e certamente criada ouvindo as narrativas das bravuras do povo daquela região.

Meu pai foi marcado pela inquietude e pelos desafios, basta ver a variedade de projetos de vida que experimentou depois de bacharelar-se em Direito. Depois de exercer o Ministério Público, foi editor de jornal, Juiz de Direito e Desembargador, em cujo cargo se aposentou depois de passar por Lagoa Vermelha, São Luiz Gonzaga, São Leopoldo e Porto Alegre. Foi Chefe de Polícia no governo de Borges de Medeiros, rompendo com ele mais tarde. Participou da Revolução de 23 ativamente, mas não o fez sozinho, pois minha mãe, como enfermeira, também conviveu com os entreveros entre maragatos e chimangos.

É de se imaginar, por isso, que a minha trajetória não poderia ser de acomodação, nem de indiferença. Após concluir o ensino fundamental em 1944, no Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo e depois ingressar no IPA, Instituto Porto Alegre, onde concluí o secundário, já estreei sendo orador da turma, aos 18 anos. Antes disso, aos 16 anos, estava engajado nas campanhas do " O Petróleo é Nosso". Em 1954, ingressei nos cursos de Jornalismo e Direito da URGS, que concluí, respectivamente, em 1958 e 1961. Durante esses anos tive participação intensa no Movimento da Legalidade, no setor que funcionava no "Mataborrão", original espaço que existia na Borges de Medeiros com a Andrade Neves. Atuava também nos trabalhos de produção de faixas e cartazes nos ateliers que funcionavam nos altos do Mercado Público, acompanhado de artistas plásticos liderados pelo saudoso Xico Sto-

ckinger. Em 1982, concorri a vereador na Capital me elegendo com 3.600 votos, tendo exercido o mandato até 1988, pela legenda do então MDB. Em 1986, concorri à Assembleia Constituinte não tendo conseguido me eleger. Muito me honra, também, ter sido vice-presidente da Agapan, co-fundador da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente e co-fundador da Associação Nacional de Apoio ao Índio.

CÂMARA DE VEREADORES E ASSEMBLEIA

No exercício da vereança tive ampla participação em todos os movimentos ligados ao meio ambiente, tendo sido autor do pedido de instituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades denunciadas no malfadado "Projeto Rio Guaíba" instituído nos Governos Amaral de Souza e Socias Vilella. A relatoria coube ao Vereador Antonio Hohlfeld que apontou diversas irregularidades. Fui autor de um projeto de preservação do patrimônio histórico, artístico e ambiental da cidade, infelizmente vetado pelo então Prefeito Alceu Colares. Anos depois foi reapresentado com as mesmas regras, constituindo-se na legislação hoje existente em Porto Alegre sobre a matéria. O projeto sobre cargas perigosas também foi de minha autoria e presidi a CPI que investigou irregularidades no Bairro Anchieta. Inúmeras outras iniciativas se somaram, como a que designou uma praça da Zona Sul com o nome do poeta e dramaturgo espanhol, Garcia Lorca. Fui subscritor, ainda, da Resolução que concedeu o título de Cidadão Honorário ao Professor Otto Alcides Ohlweiler, Professor de química analítica, da Escola de Engenharia, e pesquisador do Instituto de Química, ambos da Universidade Federal do RS. Autor de obras de teoria política, foi eleito deputado constituinte em 1947, sendo por final, cassado pela ditadura e destituído do cargo na Universidade. Fui o orador na solenidade de outorga do título ao Prof.Ohlweiler dizendo que ele era "um puro cerne de saber e dignidade, madeira que cupim não rói".

Em dois momentos, tive a oportunidade de assessorar deputados estaduais na condição de Procurador do Estado, cedido para a Assembleia Legislativa sem prejuízo de minhas funções na PGE. Numa delas, assessorei o Deputado Lélio Souza na elaboração de Projeto de Lei que obrigava o Governo do Estado a instalar, no complexo do Polo Petroquímico, um sistema de tratamento de efluentes líquidos. Ocorre que na concepção inicial do Polo, tais efluentes deveriam desaguar em plena Lagoa dos Patos, no município de Barra do Ribeiro, com previsíveis e fatais danos à natureza. Foram longos e acirrados debates que contaram com a participação de muitas entidades pre-

servacionistas e de colaboradores, entre os quais me incluía, além do competente engenheiro Zeno Simon, da Corsan, de saudosa memória.

Todavia, o projeto mais desafiador que enfrentei na Assembleia Legislativa como Procurador do Estado, foi o da Lei dos Agrotóxicos. O tema era candente naquela época, em nível regional e nacional. Vinte entidades ambientalistas estavam mobilizadas no Rio Grande do Sul, na busca de uma legislação que freasse o uso abusivo de agrotóxicos. Entre elas, o Instituto dos Advogados, representado por mim junto à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Foi, então, que o Deputado Antenor Ferrari, Presidente do Legislativo assumiu o encargo da elaboração de um projeto que enfrentasse o problema. A minuta de tal projeto coube a mim, com o assessoramento técnico de Flávio Lewgoy, de Sebastião Pinheiro e da Sociedade de Agronomia. Depois de muitos debates, foi a Plenário para votação em meio a uma batalha que incluía Deputados, Governo, entidades ambientalistas, imprensa e o poderoso lobby das multinacionais produtoras de toda gama de agrotóxicos. O projeto resultou aprovado, como o proposto, mas ao ser sancionado pelo então Governador Amaral de Souza, transformou-se numa pálida imagem do que constara no texto original. Como era final de ano e de governo, a apreciação dos vetos ficou para a legislatura seguinte. Quando eu já estava na Câmara de Vereadores, foram derrubados todos os vetos por uma maioria de 45 votos, e tive a oportunidade de dizer da tribuna:

> "... É confortador que se veja que o parlamento rio-grandense, sensível aos apelos da comunidade científica, e, mais do que isso, aos apelos da área rural, sem questionar divisões partidárias ou ideológicas, faz com que seja editado um instrumento na legislação estadual capaz, senão de por cobro à orgia, ao escândalo, ao uso e abuso dos pesticidas nas lavouras do Rio Grande do Sul, de ao menos fazer com que se desacelere um pouco esse comportamento claramente suicida".

A verdade é que depois de todo esse esforço, sobrevieram as batalhas judiciais, em todas as instâncias, que acabaram reduzindo a quase nada toda a importância e a força da lei então aprovada. Eu, de minha parte, anos depois, quando era Secretário do Meio Ambiente de Porto Alegre, consegui a edição do Decreto 9.731 de junho de 1989, que integrava o município ao rol das comunidades que, no mundo todo, proibiam o uso da chamada "Dúzia Suja", em que eram listados os doze pesticidas mais nefastos produzidos por grandes empresas. Nem precisaria dizer que, imediatamente, proliferaram medidas

judiciais que ao longo do tempo reduziram os efeitos da proibição. Por ironia, anos depois, a Europa, Estados Unidos e Canadá firmaram acordos, banindo de seus países exatamente os pesticidas constantes da lista da chamada "Dúzia Suja" que integrava o Decreto Municipal que havia sido editado em Porto Alegre, em 1989.

A LUTA AMBIENTALISTA E SUAS LENDAS

No desdobramento das lutas ambientalistas de que participei, muitos acontecimentos viraram lendas e outros enriqueceram o anedotário que povoa os círculos políticos, sociais e administrativos. Um, entre eles, sempre instigou a curiosidade de jornalistas que queriam saber das minhas relações profissionais com o renomado ambientalista, José Lutzenberger. O mesmo Ney Gastal, de quem já falei, me provocou falar no assunto e eu respondi:

"As pessoas geniais costumam ser controvertidas, endeusadas e odiadas ao mesmo tempo. De minha parte, sempre tive grandes divergências de cunho ideológico com ele. Defendo o socialismo, ele defende o capitalismo. Acha que o sistema capitalista é o que oferece mais liberdade. Lutz é um amante da liberdade e contrário a toda opressão. E, apesar de ter rasgos de anarquismo e de reconhecer e denunciar todas as mazelas do capitalismo acha que esse é o sistema que permite maior liberdade. Defende que o capitalismo, por ter muitos tiranos, dilui o poder, enquanto que no socialismo real, por haver grande concentração de poder em um único tirano (Stalin, por exemplo) o enfrentamento é muito mais difícil. Tenho muitas divergências com o Lutz em inúmeras coisas. Essa assessoria que dá à Riocell, por exemplo, há quem diga que é uma forma de transigência. Faz três semanas que ele elogiou os reflorestadores. Divirjo disso completamente. Os reflorestadores, neste período de incentivos fiscais, destruíram matas nativas do Estado, substituindo-as por pinus e eucalipto. Divirjo, também, de seus elogios à Riocell. Talvez ela seja melhor do que a maioria das indústrias de celulose, pode até ser padrão no mundo, mas não podemos dizer que é uma maravilha. Agora eles querem duplicar a fábrica e a produção de celulose e dizem que o cheiro vai aumentar "só" 20%. Não podemos aceitar isso passivamente. Também neste ponto divirjo do Lutz. Mas acho que o trabalho dele aqui foi tão importante, e continua sendo tão importante hoje, a nível mundial, que mesmo divergindo em alguns pontos, jamais irei atacá-lo. Inclusive continuamos bons amigos, com divergências de visão."

Afinal, no meio em que atuávamos as pessoas não estavam para brincadeiras quando o assunto era o meio ambiente. Certamente, (eu inclusive) acabavam incomodando muita gente, quando não, ferindo suscetibilidades. Nas conversas, quando ocorriam alguns estranhamentos, era comum se evocar uma frase que valia para todos: "Quem não veio ao mundo para incomodar, não deveria ter vindo ao mundo".

Também as histórias divertidas compunham o acervo de narrativas dos militantes das lutas ecológicas, como aquela contada no livro "Luta Ambiental e Cidadania" (A Borregaard e Outros Episódios), que editei em parceria com a Eva Benites em 2008.

"Conta a história que um Secretário municipal do meio ambiente também tem seus momentos de aventura. Ao contrário do que se pensa, sua vida não é só burocracia. Certa noite, durante sua gestão na Secretaria do Meio Ambiente, Caio Lustosa recebeu um chamado singular: havia sido capturado um jacaré na Ponta Grossa, zona sul de Porto Alegre, e os captores não sabiam o que fazer com ele. Atendendo ao apelo, Caio iniciou uma aventura que quase resulta em uma séria rixa com o IBAMA.

"Jack", o jacaré em questão, era um espécime do papo-amarelo que habitava as margens da Lagoa da Ponta Grossa, adotado por um casal que morava ali pertinho e era diariamente alimentado por eles. Isso aconteceu durante oito anos, até que alguns vizinhos, assustados com o tamanho do jacaré e temendo algum ataque às crianças, resolveram acabar com a sua boa vida. Capturaram-no, laçando com um fio de aço.

Com "Jack" dominado e sem saber o que fazer com ele, seus captores chamaram o Corpo de Bombeiros que, não tendo muita experiência com jacarés, também não sabia como tratá-lo e, então, ligaram para o Secretário do Meio Ambiente, à meia-noite de um domingo. Foi aí que Lustosa entrou na história. Com o auxílio de Nora Tatsch, Superintendente da Fundação Zoobotânica, buscou um abrigo para o jacaré capturado.

"Jack" passou a sua primeira noite de cativeiro amarrado, numa sala da Fundação. Tudo muito improvisado, uma vez que inexistia, naquela hora e local, um reduto próprio para jacarés. No dia seguinte, foi levado ao Zoológico de Sapucaia para ser examinado por veterinários e tratado das lesões geradas pela captura.

"Logo a notícia chegou aos meios de comunicação e assim, ao conhecimento dos responsáveis pelo IBAMA. Esboçou-se uma polêmica entre o IBAMA e a SMAM. O primeiro alegava que sendo um espécime de vida

selvagem, o jacaré devia estar sob a tutela da União e ele, IBAMA, como órgão competente, é que deveria tomar as devidas providências. Desautorizava assim, a ação dos captores de "Jack", dos bombeiros e do Secretário do Meio Ambiente de Porto Alegre. Ao que os moradores da Ponta Grossa, respondiam que há seis meses haviam pedido ao próprio IBAMA providências para a remoção do animal e, até então, nada tinha sido providenciado. Reagindo às declarações do Superintendente do IBAMA, que disse não ser da competência da Secretaria Municipal do Meio Ambiente o trato de animais selvagens, Lustosa disse que "os jacarés tecnocratas eram muito mais perigosos que os de papo-amarelo, coisas da secular e lenta burocracia brasileira".

Alheio à polêmica e ao noticiário, "Jack" era tratado de seus ferimentos e aguardava a escolha do melhor local para a sua morada definitiva. O que aconteceu dias depois, sendo levado para a Granja Vargas, de propriedade do Irga (Instituto Rio-grandense do Arroz), em Mostardas. Um banhado que, segundo pareceres técnicos, era o ambiente ideal para o controvertido animal".

Outra história garimpada do mesmo livro conta que

"um dos grandes prazeres do poeta Mario Quintana, além de fazer versos, claro, era andar pelas ruas de Porto Alegre. Muitos dos seus poemas retratam esse hábito. No seu andar, o poeta observava os detalhes dos lugares por onde passava. Vez que outra "travava amizade" com algum elemento do seu caminho e passava a visitá-lo seguidamente.

Certa vez, uma jovem paineira foi alvo da sua amizade. Uma paineira que "morava" na esquina da rua Lima e Silva com a rua Fernando Machado. Todos os dias, Mário Quintana passava ali para visitá-la. Suponho que a observava cuidadoso e encantado, acompanhando seu crescimento no curso dos anos.

Um dia, ao fazer a costumeira visita à "sua" paineira, surpresa. Ela já não estava mais lá. Quem ou porque a arrancaram, nunca se soube.

A tristeza pelo desaparecimento da amiga transformou-se em queixa de Helena Quintana ao Caio Lustosa, então Secretário Municipal do Meio Ambiente.

Como não era possível reaver a querida paineira do Poeta, Lustosa pediu-lhe que escolhesse o tipo de árvore a ser plantada para compensar a perda da amiga. A espécie escolhida foi o ipê amarelo. Logo uma viçosa muda de ipê amarelo foi ali plantada, com a presença de Quintana e alguns amigos, na manhã do dia 13 de junho de 1989, para a alegria do poeta que, enquanto pode, fazia-lhe visitas diárias."

O ipê ainda está lá, na esquina da Lima e Silva com a rua Fernando Machado, lamentavelmente sem mais a visita gentil de Mario Quintana. Cresceu e floresceu por quase vinte anos, numa homenagem do Caio Lustosa à ternura do poeta".

MULTIFUNÇÕES NA ADVOCACIA PÚBLICA

O eminente ex-Ministro do Supremo e primeiro Consultor Geral do Estado, José Néri da Silveira, no artigo que publicou na primeira edição dos cadernos Memórias, editado pela Associação dos Procuradores do Estado rememora que a então Consultoria, que era órgão da Administração Estadual em 1965, "foi criada com a finalidade de concentrar e uniformizar as atividades de consulta jurídica do Estado e prestar assistência jurídica e judiciária aos necessitados." Explica, ainda, que esta criação deu-se por força do Decreto nº 17.261, de 7 de abril de 1965.

Seguiu-se a esse ato de criação a necessidade de prover o órgão com os funcionários necessários ao seu funcionamento que, por óbvio, deveriam ser bacharéis em Direito. Coube ao Dr. Neri, então, já investido da função de Consultor Geral, proceder como que uma garimpagem no serviço público estadual para fazer funcionar a nova instituição. Foi assim que, mediante pedido do Consultor Geral, acabei cedido do Tribunal de Justiça, onde exercia a função de Oficial Judiciário, em 1º de outubro de 1965, para exercer as funções de Consultor Jurídico.

Um ano e dois meses depois, já estava prestando concurso para Advogado de Ofício, cujo edital de homologação dos resultados foi publicado em 16 de janeiro, de 1967, onde eu aparecia em 2º lugar num grupo de 45 aprovados. Isto que concorri com nomes destacados como os de Emilio Rothfuchs Neto, que alcançou o 1º lugar, bem como Vitorino Roque San Martin, Mauricio Azevedo Moraes, João Theodoro Lukei, Valdacyr Scomazom, Clarita Galbinski , Gilberto Medeiros, Gilberto Arone e Maria Dulce Porto Brasil que foram os primeiros dez classificados.

A partir dai passei a cumprir designações para atuar em Novo Hamburgo, Canoas e depois Porto Alegre. Em 1970, já sob a chefia do saudoso Antonio Esthevão Algayer, fui designado Assistente Judiciário junto a Justiça Federal que recém se instalava, permanecendo nesta função por pouco mais de um ano.

Em 1979, fui designado pelo então Procurador Geral do Estado, Dr. Mario Bernardo Sesta, para compor o Grupo de Trabalho de avaliação técni-

ca e jurídica da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, que hoje funciona com a adesão de inúmeras entidades que procuram preservar esse complexo que beneficia os municípios de Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão, Canoas e Porto Alegre.

Como já referi, sempre acreditei que minha vocação ambientalista e a minha formação jurídica acabariam contribuindo para realizar um trabalho eficaz em favor do meio ambiente. Tanto é que recebi, como Procurador do Estado, mercê da sensibilidade dos Procuradores Gerais e colegas de equipe, encargos pertinentes à minha formação. Foi o que ocorreu com a designação para ajuizamento de reivindicatória na Comarca de Taquara contra a Agroindustrial Barra do Ouro Ltda., o que fiz com a ajuda do saudoso colega Dercio Marchi. Dita empresa havia ocupado irregularmente área na Serra do Mar, que, como se sabe, é área de preservação desde os tempos de Borges de Medeiros, abrangendo nascentes de rios e assentamentos indígenas. A ação proposta foi acatada pelo Dr.Michel, Juiz titular em Taquara e, após anos de tramitação, foi objeto de acordo em que o interesse público foi resguardado e viabilizada a inserção de ampla área de preservação da Mata Atlântica dentro do Parque Estadual de Serra do Mar.

Outra ação muito efetiva da PGE, na área do meio ambiente, foi a desenvolvida em favor da preservação do Parque Itapuã, criado em 1973 pelo Governador Euclides Triches. Eis que, em 1976 instalou-se ali uma empresa carioca visando explorar os matacões de granito, que são grandes pedras soltas fáceis de serem cortadas para a comercialização. Dita empresa dedicava-se a exportação da valiosa pedra, que hoje está cotada no mercado a R$ 400,00 o metro quadrado da mais comum. A depredação causada no Parque foi gigantesca, provocando a reação da comunidade, com a liderança da Agapan além de outras entidades ambientais comandadas por José Lutzenberger. Fui designado para promover a ação de desapropriação da área para interromper a devastação que se instalara. Ingressamos com uma medida cautelar que diante da fundamentação, foi acolhida pelo Juiz titular da Vara, Dr.Érico Barone Pires. A decisão teve ampla repercussão a ponto de, nas comemorações dos quarenta anos do Parque, eu ter sido agraciado com o Diploma de Mérito Ambiental por parte do Governo do Estado, gerando prestígio para a Procuradoria Geral do Estado.

Antes de me licenciar para assumir o mandato de Vereador em Porto Alegre, participei da regularização das áreas do Jardim Botânico. Já na Câmara participei da mobilização para impedir a privatização dos Parques Harmonia e Marinha, cujo projeto Praia do Guaíba foi aprovado pela Câmara, mas

não teve andamento na gestão do Prefeito Olívio Dutra. Cumpre registrar que em meio aos muitos debates decorrentes do tema, teve muita relevância o parecer emitido pela querida e saudosa Procuradora Ana Maria Landell de Moura a quem rendo minhas homenagens.

Ao par de todas estas intervenções até aqui relatadas, cumpri rotinas nas Unidades de Assistência Judiciária , Unidade de Consultoria e Procuradoria para Assuntos Gerais e na Unidade de Assuntos Municipais. Atuei como representante do Estado em ações de desapropriação nos municípios de Torres, Camaquã, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Viamão e Porto Alegre. Não faltaram ações de desapropriação contra espólio, em ação demarcatória na Comarca de São José do Ouro ou ação de cancelamento de registro imobiliário, em Osório e por fim, representado o Estado perante o Supremo Tribunal Federal. Não posso esquecer a designação para constituir Grupo de Trabalho junto a Secretaria da Saúde e Meio Ambiente para avaliar implicações decorrentes de drenagem e irrigação no Banhado Grande, com reflexos nos municípios de Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeirinha e Viamão.

É de ver-se, portanto, que são anos ininterruptos, consumidos intensamente num trabalho diversificado no campo jurídico, e conflituoso na solução de questões ambientais. Mas, posso assegurar que a sensação é de dever cumprido e de ter contribuído com a prestação da melhor advocacia pública e com um rigoroso combate ás agressões ao meio ambiente.

AS DOCEIRAS DA RUA AVAI

Ricardo Chaves, do Almanaque Gaúcho de Zero Hora, relata que nos fins dos anos 60 e início dos 70, sua família foi severamente atingida pela construção da Perimetral, eis que sua casa foi desapropriada na rua Avai.

Essa revelação suscitou-me um episódio semelhante vivido por duas velhinhas doceiras, beirando os 80 anos e que eram inquilinas de um vetusto prédio situado também na Avaí. Elas levavam seus doces para vender no Tribunal de Justiça, onde eu trabalhava, e que era sua única fonte de renda. Isso em meados dos anos 60.

Tempos depois, em 1970, quando já atuava como advogado de Ofício na Assistência Judiciária, uma delas, muito preocupada, me procurou, revelando que receberam aviso da Prefeitura de que o prédio onde residiam tinha sido desapropriado e seria demolido para as obras da futura Perimetral. Tudo sem

notificação judicial, a "manu militari". Dizia, com muito orgulho, serem elas, irmãs, sobrinhas de Rivadavia Correa, senador no início do século passado e Ministro da Fazenda, responsável pela construção do prédio da Fazenda, hoje sede do Margs.

Sem muita esperança, ajuizei então uma medida cautelar ou mandado de segurança, junto a uma das Varas de Fazenda Pública, postulando a sustação da ordem administrativa até que fosse assegurada às autoras uma moradia digna.

Quase para nossa surpresa, o Juiz do feito acolheu o nosso pedido e determinou a sustação da desapropriação e também das obras da Perimetral até que se desse um destino às duas velhinhas doceiras. Lembre-se que já estava vigente o malfadado AI-5, que retirara as garantias constitucionais do Judiciário.

Apesar de contrariado com a decisão (no dizer de seu procurador "o que pretende esse advogadozinho com emperrar o progresso da cidade?"), o Município acordou em destinar às autoras uma moradia no Bairro Restinga que então se iniciava.

Essa história, no instante em que grupos minoritários e tresloucados chegam a clamar pelo fechamento do Supremo, bem demonstra o quanto é importante a altivez, a independência e a coragem de um juiz, quando se opõe ao arbítrio e abusividade de um poder.

TESES RECORRENTES

O tema das competências concorrentes dos três níveis de governo, federal, estadual e municipal, nunca sai da ordem do dia. No momento, por exemplo, é matéria que está na mídia e povoa as pautas de todas as instâncias judiciais. Isso decorre em face da interpretação, intencionalmente confusa do governo federal, acerca da decisão do STF em confirmar a regra constitucional que atribui competências concorrentes à União, Estados e Municípios no enfrentamento da pandemia. Tentando justificar a postura negacionista assumida, o Governo Federal alega que a inércia adotada decorre de comando da Suprema Corte, versão que a esta altura, está desmistificada.

Pois esta questão esteve muito presente quando estive cedido da PGE para a Assembleia Legislativa, na década de 80, para participar da elaboração da "Lei dos Agrotóxicos". A forte pressão das grandes empresas de agrotóxicos conseguiu mobilizar setores do Governo Federal, passando a questionar

a competência estadual para legislar sobre a matéria o que originou intensos debates políticos e intrincados questionamentos jurídicos nos tribunais.

Mas o que pretendo relatar é que o tema sempre foi tão presente que, ao mesmo tempo em que se davam na Assembleia as discussões acerca da "Lei dos Agrotóxicos", me coube emitir parecer na PGE tratando da mesma matéria por consulta da Prefeitura de São Leopoldo. É que, pretendendo a Prefeitura daquele município reestruturar seu Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e tendo presente a nova legislação federal nascida na Secretaria do Meio Ambiente do Ministério do Interior, queria se certificar da legalidade da reformulação pretendida.

No parecer nº 4.813, de outubro de 1981, tive a oportunidade de dizer que

> "...Sem nos determos sobre o fato de a nova lei de política nacional ambiental tentar restringir a competência normativa dos municípios, parece-nos incontroverso que, no tocante à organização dos serviços públicos locais (e a consulta , precisamente objetiva a reestruturação do COMDEMA Leopoldense) essa competência permanece inarredável , diante do que dispõe o art. 15, II, b,da Constituição Federal, assim expresso : A manifestação expressa e privativa da competência do Município repele a de qualquer outra entidade estatal, poder, órgão ou autarquia. Qualquer ingerência estranha na competência municipal será inconstitucional e afastável por via judicial."
>
> Depois de outras considerações e tendo arrolado ampla doutrina, acabei decidindo: "Em síntese entendemos que a reestruturação do COMDEMA de São Leopoldo, na forma proposta, é perfeitamente factível, tanto do ponto de vista constitucional, como diante da legislação ambiental, federal e municipal, ora vigentes. Num esforço de criatividade, dotado de recurso humanos, técnico-científicos e financeiros, mas, sobretudo dinamizado pela participação comunitária, pode constituir-se em valioso e eficaz instrumento de política ambiental".

REGISTROS FINAIS

Ao finalizar este relato, permito-me transcrever um breve trecho de um texto do sociólogo caxiense Carlos Roberto Winckler, extraído do livro "Luta Ambiental e Cidadania", menos pelos elogios e mais pelas ideias que expressa:

"A figura de Caio Lustosa está sempre em comunhão com a sociedade civil organizada". De sua história depreende-se a história, com inúmeros companheiros, dos movimentos sociais, decisivos à formação de uma consciência cidadã radical e democrática.

[...]

"Mas o que talvez seja de mais-valia : a recuperação da memória de lutas coletivas, que estabelece uma ponte entre gerações militantes, irmanadas no combate ao modelo capitalista de produção e consumo, cuja lógica, ao ignorar os limites biofísicos, traz no seu bojo a pobreza e a destruição ambiental em escala planetária. Como diz Jacques Le Goff, a memória procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro, com o sentido de servir à libertação e não à servidão dos homens. Estes relatos, em sua modéstia, são fiéis a este espírito."

Por último, gostaria de dizer que tudo que fiz e tentei fazer, foi buscando resultados para a melhor qualidade de vida de todos, ainda que os resultados possam ter sido apenas ora frutos, ora flores, ora folhas e ora sementes, como disse poeticamente Henfil:

Se não houver frutos,
valeu a beleza das flores.
Se não houver flores,
valeu a sombra das folhas.
Se não houver folhas,
Valeu a intenção da semente.

Dr. Josefino Francesquetto

AS ORIGENS

O lugar onde nasci chamava-se, e ainda se chama Barreirinho. Escondido, entre morros e coxilhas, com muito mato e boas aguadas, agradou, na hora, os colonos descendentes de italianos, a maioria vindo de Caxias e Guaporé, que buscavam terra para projetos de colonização. As primeiras lavragens de terra se deram pelos anos de 1919/1920, seguidas dos primeiros núcleos de casas típicas do Vêneto e de Treviso. Entre as levas que foram chegando estavam o seu Antônio Francesquetto e dona Carmelina Paris que viriam juntar os sobrenomes e constituir numerosa prole da qual eu sou o número quatro. Inimaginável pensar, pelos idos dos anos 30/40, que dali fosse moldar-se um "barreirensinho" que, oitenta e cinco anos depois, estaria escrevendo sua história no projeto Memórias, da PGE/RS e da Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul.

É compreensível, por isso, que eu lembre aqui aquele lugar que me viu nascer e crescer, compondo uma família sempre voltada para o trabalho, para a prática de bons costumes e de crença religiosa, num ambiente desafiador e de provações, pela precariedade do que existia. A localização de Barreirinho, próximo de Barra Funda pelo lado da RS 569, e de Sarandi pelo da BR 386, remete a um passado que testemunhou a habitação de índios guaranis, a passagem de tropeiros e as escaramuças entre maragatos e chimangos. Mas, que testemunhou também, o surgimento do progresso tocado pela exploração agrícola e, sobretudo, pela descoberta da fonte de água mineral situada em Barra Funda. A propósito, costumo dizer que por muitos anos bebi água mineral Sarandi de graça, porque era o que saía direto das torneiras da região.

Tendo nascido em 24 de julho de 1936, é fácil constatar que desenvolvia minhas primeiras brincadeiras com a criançada da vizinhança no mesmo momento em que Adolfo Hitler acionava seus tanques sobre as suas vizinhanças.

Mesmo enfrentando limitações econômicas e carente de qualquer conforto, era totalmente livre para desbravar os matos e os campos do incipiente Barreirinho. E o fazia a pés descalços, depois chinelo, bambucha e, bem mais tarde, tênis. Era como se media o melhoramento das condições de vida nas famílias. E a comunidade também evoluiu, chegando aos dias de hoje conectada com a modernidade, com a mecanização das lavouras e usufruindo os reflexos regionais da pujança da indústria da exploração da água mineral. Mas no meu caso, tive que parar de tomar água mineral da torneira, pois era chegada a hora de deixar "meu berço natal", como se dizia, e começar a estudar para valer. Como já havia aprendido as letras e a fazer contas, bem como ter trabalhado na roça todas as tardes e ter tido folga só nos sábados, chegara a hora de pegar a estrada.

RUMO AO DESCONHECIDO

Mesmo que a decisão tenha sido resultado de prévias avaliações e concordâncias com os pais, não deixava de ser um passo rumo ao desconhecido. Menos mal que este desconhecido não ficava muito longe. Bastava percorrer um trecho inicial de ônibus, em estrada de chão batido, até Carazinho, passando por Sarandi. Em Carazinho pegava-se o trem rumo ao destino final, Pinheiro Marcado, conhecida estação que "botava nos trilhos" muita gente da região que precisava rumar na direção de Passo Fundo, com destino final em Porto Alegre, ou na direção de Erechim, com destino final em São Paulo.

O Padre Arthur Birk acompanhava os jovens alunos do ensino fundamental que eram convidados a continuarem os estudos no Seminário dos Padres Redentoristas, existente naquela época em Pinheiro Marcado, hoje distrito de Carazinho.

Ali fui tomar contato com disciplina duríssima que deve ter me ajudado por toda a vida. O regime era de internato obrigatório e sem saídas e nem visitas, basta ver que meu pai esteve comigo no Seminário apenas uma vez durante o ano e meses que passei ali. Tudo era rigoroso, inclusive o método de ensino e as regras de disciplina. Na verdade, fui perceber mais tarde, que aquele período era como um teste, para ver se os alunos estavam habilitados a voltar para os trilhos que os levariam para São Paulo, mais precisamente para Aparecida do Norte, sede da Congregação Redentorista no Brasil. E tudo se deu conforme o planejado, pois antes de completar treze anos de idade estava embarcado num trem para fazer a minha primeira e mais longa viagem, de Pinheiro Marcado a São Paulo, quase dois dias viajando.

O Seminário Santo Afonso, em Aparecida, era dirigido por padres redentoristas alemães que chegaram ao Brasil em 1894 para assumir o Santuário de Nossa Senhora Aparecida. Seja pelo aprendizado que tive, seja pela convivência que desfrutei e pelo privilégio que tive de conhecer o velho Santuário e ainda ver o início das obras da nova Basílica, o período que lá estive foi muito enriquecedor para a minha formação e para toda a minha vida.

Não preciso dizer a dureza que foi enfrentar lições de português, latim, grego, história, matemática, biologia, química, física, ciências naturais, literatura brasileira e estrangeira e o ensino religioso que, afinal, era o objetivo de estar ali.

Enfrentei as dificuldades de adaptação e sofri com as deficiências da língua, pois como descendente de italianos, falava muito mal o português. Eu economizava no "r" para dizer "arôz" e "careta" e abusava do mesmo para dizer "arrarra" e "perriquito". Em casa falávamos o dialeto vêneto, mas entendíamos o italiano gramatical. Por isso os erres eram mal pronunciados. Isso era compreensível quando estive no seminário em Pinheiro Marcado porque a maioria tinha a mesma origem. Mas, em Aparecida do Norte, onde havia paulistas e paulistanos, mineiros e goianos, além de outros, a zoação e galhofa para cima de mim era geral.

Mesmo assim estava integrado e lembro-me de incursões pelo Rio Paraíba do Sul, o qual precisávamos atravessar por balsa, para irmos, especialmente no verão, à Pedrinha, casa de férias que ficava no sopé da Serra da Mantiqueira. Chegamos a ir até o alto da serra, partindo de madrugada para voltar à noitinha. Em dia claro vislumbravam-se sete cidades, incluindo Aparecida e Guaratinguetá. Era uma comemoração.

Foi numa destas excursões que ouvi a história de um garoto, com pouco mais de quinze anos, que se desgarrou da turma e demorou-se à beira de uma sanga comendo maracujá, que era abundante na região. Resolveu acompanhar a sanga e acabou encontrando uma cascata, ou catadupa como se diz por lá. Precisou passar ao largo e acabou nas margens do Rio Paraíba. Resolveu atravessá-lo a nado mesmo sabendo do perigo que isso implicava pela presença de jacarés. Já quase do outro lado enfrentou um trecho com aguapés que dificultaram a natação. Para complicar percebeu que para voltar ao local de partida tinha que enfrentar forte correnteza. Mesmo assim nadou com disposição e chegou ao destino. Mas nem tudo estava resolvido, pois era proibido pelos responsáveis, andar sozinho em razão dos perigos que incluíam jacarés, cobras e aranhas. Foi quando, assustado, ouviu a pergunta:

– Onde andavas, que não te vemos, faz tempo?

– Estava comendo maracujá na beira da sanga, respondeu tranquilamente.

Mas, enfim, tudo foi se adequando, ainda que sofresse com as humilhações. Delas extraí a vontade de me aperfeiçoar e falar corretamente. Foi o que fiz nos cinco anos que lá estive, pois além da fala passei a escrever redações melhores do que as daqueles que me criticavam. E, mais tarde, acabei sendo professor de latim e de português.

Com 19 anos de idade cheguei à conclusão que seria melhor eu constituir família do que ser padre, porque me parecia impossível o celibato.

NOVOS E DECISIVOS PASSOS

Passado o período da vivência seminarista, coube-me, por conta própria, assumir novas responsabilidades valendo-me do que havia assimilado dos ensinamentos recebidos até então. As ciências humanas e as letras, por certo, haviam me sensibilizado. E para unir vocação com necessidade, não tive dúvidas em aceitar um primeiro trabalho como professor de português e francês num colégio religioso de Santiago, logo na cidade dos poetas e escritores como Aureliano de Figueiredo Pinto, Caio Fernando Abreu, Antônio Carlos Machado, Ramiro Frota Barcellos e Tulio Piva. Foram poucos meses, no ano de 1955, mas importantes para um estreante professor de 26 anos.

Então veio um passo realmente decisivo, o salto para Porto Alegre. Acompanhado de um jovem e promissor amigo, Ozayr Strazzabosco Martins, parti para a Capital, mais uma vez de trem, como foram minhas outras viagens decisivas, com o objetivo de estudar no Colégio Júlio de Castilhos. O "Julinho" era chamado na época de colégio padrão. Após sabatinados, fomos aprovados com certa facilidade. Pudera. Eu tinha alguma bagagem de estudo e o meu amigo Ozayr saiu de Santiago com a fama de melhor desempenho na escola que estudara.

No Colégio frequentávamos as aulas no turno da noite, pois de dia eu já havia conseguido emprego no Banco Porto Alegrense e ele no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, para o qual me transferi pelo ano de 1957. O Ozayr, já bacharel em Direito, foi para o Banco do Brasil, ocupando um alto cargo de Direção, em cuja sala havia três telefones, o que na época era indicativo de importância.

Eu, por minha vez, depois de concluir o Clássico no Colégio Júlio de Castilhos, que na época ficava na Rua Riachuelo, fui enfrentar o vestibular no Direito da URGS. Fui classificado em sexto lugar o que me valeu nos

tradicionais trotes promovidos pelo Centro Acadêmico André da Rocha, a obrigação de desfilar por algumas semanas com um barrete de presidiário com o número 6006, significando 60 o ano da aprovação, e 06 o número da classificação.

A partir daí mergulhei na vida acadêmica e aprendi o que pude com um time de grandes professores, lembrando bem do Professor Ney Messias que nos recomendava exercitar a retórica, geralmente aos sábados à tarde.

Com alguns sacrifícios e muito empenho fui sendo aprovado sem perder de vista a sentença: "Non scholae, sed vitae discimus" ou como os bacharéis em direito devem saber: "Não para a escola, mas para a vida aprendemos".

A FAMÍLIA E A EVOLUÇÃO

Refletindo sobre os avanços que vamos obtendo ao longo da vida, ocorre-me fazer uma digressão para reconhecer que desde Charles Darwin com sua teoria da evolução até os pensadores mais modernos como Stephen Hawking e Yuval Noah Harari, está consagrado que a raça humana só faz evoluir, está sempre em marcha para frente, porque é a única com inteligência superior. Os retrocessos ocasionais, as desinteligências pontuais e até os conflitos ideológicos, não detém a evolução da humanidade. Sendo assim, é preciso ser otimista quanto à melhoria das condições da nossa convivência, seja em sociedade, seja em comunidade, seja em família. Vejo, por isto, nos oitenta e cinco anos que decorrem do meu nascimento até os dias de hoje, uma clara comprovação desta realidade. Quanto avanço desde que seu Antônio Francesquetto e dona Carmelina Paris constituíram a família que passo a descrever.

A primogênita chamou-se Santina e prenunciando uma prole significativamente longeva, faleceu com 89 anos. Seguiu-se o segundo filho chamado Primo falecido aos 83 anos. A segunda mulher, Holanda, faleceu aos 87 anos. Em quarto lugar apareço eu, navegando forte e rijo, como se dizia nas adjacências da Esquina Natalino, no alto dos meus oitenta e cinco. O quinto irmão foi o Benedito, falecido com 81 anos. Seguiu-se o Pedro, falecido aos 73 anos de idade e finalmente a Raquel, a mais jovem. E vejam como se estabelecem algumas conexões. A Raquel vem a ser mãe do Dr. Raul Cazarotto, Procurador do Estado como eu e, no momento, Coordenador da Regional da Procuradoria Geral do Estado de Frederico Westphalen.

A propósito, o Departamento de Aposentados da nossa Associação tem declarado nos seus informes sobre este programa de Memórias, que um dos seus objetivos é oportunizar esta conectividade entre Procuradores e suas fa-

mílias, além de ensejar a propagação da memória coletiva da Instituição através das biografias.

Voltando à saga familiar dos Francesquetto, cabe-me descrever o acontecimento ocorrido em 28 de dezembro de 1963, quando o então Bispo de Passo Fundo, Dom Cláudio Kolling viajou da sede da sua Diocese até a Encruzilhada Natalino para celebrar um casamento.

Antes, para melhor compreensão, preciso definir mais detalhadamente nomes, parentescos e locais por onde se cruzaram as coincidências que resultaram no tal casamento, a começar pela Encruzilhada Natalino, emblemático local que sediou os primeiros acampamentos dos "Sem terra" e era ponto de parada dos ônibus que serviam Ronda Alta, Carazinho, Sarandi, Passo Fundo e Portão, como os da Empresa Zandoná, de Barra Funda. Ali ficava o estabelecimento comercial do seu Natal Verardi que fora carroceiro, criador de gado e granjeiro, consolidando sólido patrimônio e muito prestígio graças a sua persistência e muito trabalho de toda a família. É fácil entender porque, com o passar do tempo, aquela referência geográfica do seu Natal ou Natalino como também era conhecido, foi denominada Encruzilhada Natalino.

Eu, nesses tempos, aproveitando férias, me movimentava entre Porto Alegre, Passo Fundo, Sarandi e Barreirinho passando, obrigatoriamente, pela Encruzilhada Natalino e pelo estabelecimento do seu Natal que contava entre seus auxiliares, nada mais, nada menos, do que a filha Maria Julieta que foi quem, naquele dezembro de 1963 respondeu SIM, à pergunta do Bispo Dom Claudio Kolling, se me queria como esposo para o pior e o melhor. Pode-se ver, portanto, que foi ali naquele lugar de tantos encontros que nossos caminhos se cruzaram.

Verdade que Passo Fundo tem muita importância, também, e outras pessoas tiveram influência no desenlace desta trabalhada conquista. Ocorria que nas minhas escapadas de Porto Alegre era mais cômodo chegar até Passo Fundo, onde morava minha prima Bernardina Francesquetto, casada com o conhecido professor e escritor Alcino Bervian e que me recebiam antes da segunda etapa da viagem até Encruzilhada Natalino. Por outro lado, também minha cunhada Ivone Verardi, casada com o Vely Grazziotin, foram coadjuvantes importantes. Sempre que eu chegava a Passo Fundo o casal me convidava para visitar seus sogros, Natal Verardi e dona Ivone Ricci Verardi que, casualmente, logo em seguida, seriam meus sogros também.

Ao final tudo culminou com o casamento acontecido na Encruzilhada Natalino com festa na sombra das árvores do pátio do sobrado, onde até hoje

ainda aparecem escritas as iniciais NV, de Natalino Verardi, como que abençoando uma união que perdura por cinquenta e oito anos, festejada todos os dias na companhia de filhos, noras e netos que vão a seguir descritos: Luciano, nascido em 28 de agosto de 1967, sendo filhos Igor e Natalia; André, nascido em 24 de novembro de 1972 com a filha Marina; Maurício, nascido em 15 de junho de 1977, tendo os filhos Marcus e Izadora. Sendo as atuais noras Raquel, Silvia e Carina, além de Ane e Chaiana dos primeiros casamentos de Luciano e Maurício. Todos dando alegrias.

E A LUTA COMEÇOU

Minha turma do Direito na URGS foi a de 1964. Mas, antes disso, já havia solicitado na OAB/RS minha carteira de Solicitador, o que me habilitou cumprir estágio na Assistência Judiciária Gratuita da Faculdade, sob a supervisão do professor José Maria Rosa Tesheiner que mais tarde viria ser Procurador Geral do Estado e posteriormente Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Era Presidente da OAB nessa oportunidade, o patrono da advocacia gaúcha, Oswaldo Vergara, cuja comenda viria receber, anos mais tarde, juntamente com a colega Avani Valéria Rigo Buzatto, das mãos do então Presidente Marcelo Machado Bertolucci. Lembro que a minha carteira de Solicitador levou o número 2.037, datada de 7 de março de 1963. Quem foi da época deve lembrar que se podia assinar petições juntamente com o Supervisor da Assistência Judiciária e fazer perguntas às testemunhas nas audiências, através do Juiz.

Já, antes da formatura e aplicado nas funções de Solicitador, buscava me atualizar através do recebimento semanal, no meu endereço residencial, na Rua Luiz de Camões, a revista Incola que atualizava legislação e jurisprudência da época. Além, evidentemente, da literatura jurídica recomendada pelos professores. E, para me ajudar nos estudos, contava com a compreensão e o estimulo da minha jovem mulher Maria Julieta.

Formado em Direito, me inscrevi na ordem com a carteira nº 3.643 e não parei de estudar, me considerando habilitado, por isso, a enfrentar o concurso para Advogado de Ofício realizado em 1966 quando era Consultor Geral do Estado o Dr. José Néri da Silveira, futuro Presidente do Supremo Tribunal Federal. Aprovado, tive tempo ainda de assumir as funções de Pretor na Comarca de Santo Augusto que exerci por poucos meses, porque em abril de 1967 fui nomeado Advogado de Ofício por ato do Dr.Paulo Germano João, então Consultor Geral do Estado.

Vieram os procedimentos de adaptação às novas funções até que sobreveio a designação para exercer as atividade de Advogado de Ofício na cidade de Santa Maria e comarcas adjacentes.

Antes de discorrer sobre as atividades funcionais propriamente ditas, cabe uma breve parada para relatar os desafios para se adequar ao novo estilo de vida numa cidade desconhecida.

SANTA MARIA E A ADAPTAÇÃO

"Solito e Dios", cheguei a Santa Maria no dia 13 de junho de 1967. Enfrentei, de cara, a noite mais gelada dos últimos tempos na cidade, três graus negativos disseram. No Hotel São Luiz onde me hospedei tive que usar todos os cobertores que havia no quarto. Como isso não bastasse, usei o único aquecedor que havia: assoprava forte debaixo das cobertas até estar no ponto razoável para dormir.

No dia gelado que se seguiu, fui ao Fórum para tomar contato e conhecer a extensão dos trabalhos que já me esperavam, isto é, a carga de processos nos quais o Estado era parte e que se originavam em diversas comarcas da região.

A par dos encargos, tinha outra prioridade. Encontrar casa para morar com a família que já tomava forma. Fui tendo contato com a realidade de que a cidade tinha poucas casas para alugar. Tive a ajuda da Dra. Sirlei Dalla Lana, advogada, que me indicou a parte de uma casa que ficava na Rua Tuiuti, distante umas cinco quadras do Fórum. Era pegar e não largar. Foi o que fiz, para constatar, na primeira chuvarada, que chovia a cântaros em todos os cômodos na nova morada. Ainda bem que o quarto era grande e os móveis podiam ser arredados na hora da chuva.

No máximo dois meses depois, Maria Julieta que havia dado à luz nosso primeiro filho Luciano, hoje com cinquenta e quatro anos e exercendo funções de Oficial de Diligência do Ministério Público em Canoas, veio para Santa Maria. Havia ficado em Passo Fundo na casa de sua irmã, Ivone, recuperando-se da gravidez um tanto complicada e da cesariana a que se submetera.

A partir de então as coisas se ajustaram e em pouco tempo estava diligenciando a compra de casa própria. Por indicação do Dr. Luiz Carlos Schultz Lobato, adquiri imóvel localizado na Rua Duque da Caxias, contando com a oportuna ajuda do seu Natalino, meu sogro lá da Encruzilhada.

Mesmo assim, o encargo remanescente com o BNH não seria fácil de saldar apenas com o vencimento do cargo de Advogado de Ofício. Porém, como os astros estavam me ajudando, eis que, certo dia apareceu na Prefeitura

onde ficavam as dependências da Consultoria, o Irmão Gelásio, Diretor da Faculdade de Direito, me convidando para lecionar naquele curso. L ogo fui alegando que não havia estudado para ser professor, mas que se não houvesse impedimento com o meu cargo e a matéria fosse Direito Civil, admitia pensar no assunto. Em poucas semanas já estava lecionando e as preocupações com o BNH foram pelo menos mitigadas.

Bem mais tarde, em 1989, já aposentado da Procuradoria Geral do Estado, fui convidado por um grupo de professores para assumir a direção da Faculdade de Direito, o que fiz com satisfação e muito empenho. Entre outras ações ajudei a implementar o curso noturno de Direito, reivindicação muito cara aos estudantes de Direito de Santa Maria.

Ao tempo do Dr. Mario Bernardo Sesta como Procurador Geral, fui nomeado coordenador da Regional de Santa Maria. Era meu colega de trabalho, na época, o Dr. Orestes Dalcin, já falecido, oriundo dos quadros do magistério estadual e que desempenhava muito bem as tarefas de Advogado de Ofício e, mais tarde, as de Procurador do Estado. Também o Dr. Maurício Berni, falecido prematuramente, fazia parte da equipe e exercia com muita competência as funções de Procurador do Estado, além de sempre expressar suas convicções políticas.

Seguiu-se a minha participação no Juizado de Pequenas Causas na condição de árbitro, atuando à noite. Tal atividade serviu para me fazer entender que nessa instância, a parte capaz de ter bons advogados consegue construir provas e os desvalidos não. Essa realidade fui constatando, ao observar os casos enfrentados.

Um deles foi muito esclarecedor e se referia a um agregado ocupante de pequena propriedade rural que vinha tendo sua pequena lavoura de mandioca e milho consumida pelo gado de um abastado proprietário lindeiro. Na audiência, ao perguntar ao queixoso se tinha testemunhas, já foi respondendo que não e que viera de ônibus, enquanto as testemunhas do vizinho vieram na caminhonete do próprio.

Em vista disso, marquei dia e hora para fazer uma inspeção no local. Dia de chuva, barrento. Lá estando com as duas partes, examinei a cerca e um palanque meio queimado. Pedi permissão para arrancar uma rama de mandioca, depois mais outra e uma terceira. Verifiquei que as três ramas tinham o mesmo corte e o mesmo tamanho. Por quê? É que o dono dos bois havia alegado que era uma pequena resteva tanto da mandioca como do milho. Perguntei, então, ao queixoso se tinha gado na propriedade ao que respondeu que só uma vaca de leite amarrada perto de casa.

Olhei para os circunstantes e disse que já tinha uma solução, fazer um acordo. Indagando sobre o prejuízo do queixoso, ele disse que uns cem reais. Na época equivalia a um salário mínimo.

- Eu pago agora, disse o dono dos bois.

Então me lembrei do aforismo latino: Summum Jus Summa Injuria.

Se fosse pela prova produzida pela parte adversa, teria ocasionado um summa injuria, certo?

Depois de muitas situações análogas e considerando que a função de árbitro passou a ser remunerada, acabei pedindo demissão, até mesmo porque muitos outros estariam precisando daquela função mais do que eu. De qualquer maneira fui o primeiro Árbitro de Pequenas Causas de Santa Maria e sem nenhuma decisão alterada, ao que eu saiba.

Um pouco diferente daquela votação de 5 x 5 no Supremo, na qual o Presidente da Corte deu seu voto de desempate, dando interpretação vernacular, para definir o termo "vedado" contido na regra aplicada à reeleição do Presidente do Senado e da Câmara. Este fato me fez descrer do sistema de escolha dos Ministros da Suprema Corte que precisa ser aperfeiçoado.

Esta minha crítica talvez se origine das aulas que dei sobre Normas Jurídicas, inspiradas na "Hermenêutica Jurídica", do maior mestre desta matéria, Carlos Maximiliano, antigo morador aqui de Santa Maria.

OUTRAS FUNÇÕES E OUTRAS TAREFAS

Na rotina das novas funções de Advogado de Ofício, os casos concretos foram aparecendo para ajudar na formulação de conceitos jurídicos e de critérios de aplicação de justiça. Relato a seguir alguns que recolhi naqueles primeiros tempos.

"O mundo para ser mundo é preciso que tenha seus fenômenos", disse um "intimado" a prestar alimentos para sete filhos.

Uma jovem senhora, aparentando menos de quarenta anos, compareceu a Assistência Judiciária do Estado, no gabinete que ficava no Fórum de Santa Maria, que exibia na sua entrada a sentença: Summum Jus Summa Injuria.

Na hora aprazada apareceu o Réu, homem alto, imponente, vestindo uma capa de chuva de gabardine, própria para o frio.

- Onde está o Dr. Francesquetto?- Foi ele logo perguntando sendo, a seguir, conduzido à sala onde também estava a autora do pedido de alimentos.

- O senhor tem sete filhos e esta mulher para dar alimentos? -Perguntei.

- Tenho sete filhos com ela que é minha filha e minha mulher, disse.

- Como se explica isso? Indaguei.

- Doutor, o mundo para ser mundo é preciso que tenha seus fenômenos, foi a resposta.

Ele estava acompanhado de advogado, o Dr. Santana, que veio a ser Juiz de Direito e morreu atropelado por automóvel, em Canoas. Isso faz perto de cinquenta anos.

Já fui dizendo para o Dr. Santana que não havia registro dos filhos por serem incestuosos.

Contudo, sendo reconhecidos pelo pai e avô, prontamente o Dr. Santana perguntou o percentual: 40%, no mínimo, já que ele tinha casa para morar.

- Mas, doutor, tem uma condição para autorizar: que ela venha de volta para minha casa.

Ele morava com sua mulher, embora eu não a tenha conhecido.

Essa cláusula, no acordo não se pode colocar, por entender ilícita e nula.

Foi elaborado o acordo, sem a cláusula acima. Um ano após, outro filho.

Passados alguns anos, o alimentante morreu num acidente de trânsito. Era ferroviário e, por certo, deixou a pensão para a mulher/filha e filhos/netos.

Foi muito rica, também, a experiência com estagiários da Faculdade de Direito. Um deles, Sérgio Blates, foi convidado a fazer um júri comigo em Encruzilhada do Sul, para o qual fora designado pela PGE. Tratava-se de um caso que os advogados da cidade não quiseram assumir.

O caso se resumia no fato de um lenhador ter ouvido uma conversa entre companheiros de trabalho na qual, um deles dizia que só não "dormia" com a mulher do compadre dele por que não queria. Ao final do trabalho o lenhador foi direto para casa para tirar a limpo com a mulher a tal conversa. Encontrou -a com os filhos e o dito compadre Don Juan, conversando.

- O que tu está fazendo aqui em casa?

- Esse assunto é entre mim e ela, foi a resposta.

O lenhador correu buscar uma foice e alcançou o cortejador com uma foiçada certeira num lado do pescoço e com uma segunda do outro, degolando-o.

O estagiário Blates, examinando o caso, opinou em usar uma única tese, a da violenta emoção. Eu já acreditei na tese da legítima defesa própria e de terceiro ou homicídio, com atenuante de violenta emoção provocada pela vítima.

Vencemos com a tese do Blates e como o réu que já havia cumprido dois anos de prisão, saiu livre na mesma noite do Júri, acompanhado da mulher que nunca o havia deixado.

O Promotor, que era de Cachoeira do Sul, anunciou que iria apelar. Blates o convenceu que não valia a pena deslocar o MP de Cachoeira e a Defesa de Santa Maria quando a pena já havia surtido seu efeito.

O estagiário vencera duas vezes, na escolha da tese e no descabimento do recurso.

O estagiário veio a ser advogado destacado em Santa Maria, atuando em vários setores sociais e políticos, sendo vereador, além de ter exercido forte atuação na OAB/RS. Finalmente, em vaga do quinto constitucional da Ordem, foi empossado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Trata-se do Desembargador Sergio Miguel Achutti Blates.

Muito outros estagiários-acadêmicos fizeram o seu estágio no meu escritório particular, enquanto a lei nos permitia advogar, como ocorrera com os Promotores de Justiça.

Lembro-me de alguns deles como o Clênio Callegaro da Silveira, Procurador do BRDE em Florianópolis, agora aposentado; Jane Ramos, Juiz da Justiça do Trabalho, também em Florianópolis; Luiz Fernando Lago Escobar, exímio tribuno, atuando nos tribunais do Júri nos Estados do Mato Grosso e Goiás; Vanilda Guedes Ravazzi (falecida), escrivã da Justiça em Santa Maria; Cristian Stefanello Guex, advogado bem sucedido com banca própria; Adede Y Castro, Promotor; Eduardo Dalcin, também Promotor e hoje Procurador de Justiça e Vera Lucia Deboni, Juiza de Direito e Corregedora.

Destaco ainda o acadêmico Lauro Cazarotto, há anos Policial Rodoviário Federal em Santiago e seu irmão e hoje meu colega Raul Cazarotto, Procurador do Estado chefiando a Regional da PGE em Frederico Westphalen.

Especificamente, como Procurador do Estado, penso ter exercido com êxito e ter correspondido às expectativas de todos, além de reconhecer ter sido bem remunerado, mas, talvez "mais do que merecia e menos do que precisava".

Procurando sempre estar a par da legislação e da jurisprudência, além de cursos e muito trabalho, fui me aprimorando na profissão, pois no começo, mesmo no cargo de Advogado de Ofício, muito tinha que batalhar para dar conta dos encargos.

Somou-se à rotina da função a delegação atribuída pelo Procurador Geral da época, Dr. Mario Bernardo Sesta, em maio de 1981, para exercer o cargo de Coordenador da Procuradoria Regional de Santa Maria.

Eram frequentes as missões em outras comarcas como quando em Santo Ângelo pedi o cumprimento de uma sentença de reintegração de posse, cujo comodatário, há anos, não queria deixar o imóvel rural, alegando ter troca-

do uma janela e uma porta "por benfeitorias necessárias". Depois de levar em carga os autos para Santa Maria e examiná-los cuidadosamente, requeri ao Juízo despejo liminar por haverem se esgotado todos os meios de defesa. O Dr.Heitor Remonti, meu ex-aluno, tendo lido minha petição, de lauda e meia, determinou que, por mandado, fosse imediatamente o Estado reintegrado na posse. Antes disso, porém havia visitado o comodatário e lhe dado trinta dias para desocupar a propriedade do Estado. Não discordou, nem concordou, pois queria usucapir o imóvel. O que importa é que o despacho de reintegração foi logo cumprido.

Em Santa Rosa, algo parecido ocorreu e, como resultado, também o Estado teve reintegração de posse.

Em Uruguaiana a demanda resolvida dizia respeito ao IRGA. Em Cachoeira do Sul a questão foi trabalhista. Também em Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Jaguari, São Vicente do Sul e Rio Pardo, atendemos demandas do interesse do Estado. Em Rosário do Sul, por um acordo trabalhista, sem consulta à coordenadoria especializada da PGE, sofremos uma advertência.

Em São Pedro do Sul tivemos diversos atendimentos e enfrentamos muitas idas e vindas, na estrada de terra e também de barro, atravessando sangas e riachos com meu Fusca 1.200 que teimava em apagar nas travessias. Enfrentei muitas esperas por uma ajuda ou para que a distribuição resolvesse secar e o carro "pegasse" para poder voltar à Santa Maria.

Depois da descrição destes fatos e acontecimentos que agitaram e enriqueceram minha passagem pela Procuradoria Geral do Estado, pretendo deixar breves anotações de caráter conceitual a respeito da importância e da indispensabilidade da advocacia de estado.

Já tive a oportunidade de dizer em artigo, que para que o Estado Federado se mantenha em equilíbrio justo, é indispensável que tenha um órgão atento e muito bem preparado, com a melhor equipe de advogados para sua defesa.

Lembrei, em tal texto, que no jornal Correio do Povo, de 16 de abril de 2021, na coluna de Taline Optiz, sob o título "Vitória no Supremo", era noticiado que o Estado do Rio Grande do Sul, por ação da PGE, havia assegurado a compensação de R$ 64.000.000,00 (Sessenta e quatro milhões de reais) pelo custeio de leitos hospitalares pelo Estado e por municípios.

O fato relatado é apenas um exemplo de inúmeras vitórias obtidas pela Fazenda Estadual através de ação desenvolvida pela Procuradoria Geral do Estado. Como aconteceu, também, com a vitória em Juízo que reconheceu como devido o ICM gerado pelas redes de supermercados, num montante próximo a um bilhão de reais.

Isso me faz lembrar que pelas décadas de 70/80, o Estado do Rio Grande do Sul desapropriou a Fazenda Santa Maria, para desenvolver, na área, o Distrito Industrial de Santa Maria. Desde o início parecia muita terra para pouca indústria. A Fazenda tinha 1.126 hectares. O Estado pagou, através do Banrisul, alguns milhões de reais. Coube-me defender o Estado quanto ao valor da desapropriação, impugnando o laudo do Perito Judicial. Desacolhida no primeiro grau, a impugnação foi admitida no Tribunal com base na minha argumentação e provas testemunhais e documentais que demonstraram que tinha havido um exagero no laudo de avaliação. A revisão obtida representou uma redução expressiva, desonerando o Estado.

Menciono ainda o caso de um oficial graduado da Brigada Militar que pedia reintegração ou indenização por ter sido, alegadamente, exonerado em decorrência de sua posição ideológica. Seu advogado, brilhante e de escrita invejável, reclamou que eu havia derrubado vinte e três laudas do seu trabalho com apenas uma lada e meia da minha petição. Ficou demonstrado que o seu cliente foi exonerado não por ideologia ou coisa que o valha, mas por desobediência à ordem superior e legal. Mais uma vez se percebe o êxito do trabalho revertido em benefício do Estado.

E assim foram se sucedendo a etapas da carreira que me proporcionou muitas alegrias e muitas certezas de ter contribuído com a afirmação da advocacia pública no Estado do Rio Grande Sul. Com a aposentadoria, deixei muitos colegas que sempre reconheceram meu trabalho e muitos amigos que reconhecem a minha lealdade.

Dr. Antônio Estevão Allgayer

Fui honrado pela Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul –APERGS - com o convite para fazer uma sintética biografia do saudoso Antonio Estevão Allgayer para o projeto "Memórias", que busca, em boa hora, resgatar a história daqueles que ajudaram a construir a nossa PGE.

De fato, se há vários conceitos de história, da mais simples a mais sofisticada não deixam de gravitar em torno da ideia de que ela está ligada a narrar – ou explicar – a trajetória dos homens e mulheres no tempo, que nos ajudam a entender nossa realidade e, talvez, a nos orientar na luta de transformá-la em algo melhor.

São todas essas mulheres e homens que com seu trabalho, exemplo, dedicação, erudição, cada qual com suas particularidades, porque não dizer idiossincrasias, que nos legaram a PGE de hoje.

E ainda que não se trate de um trabalho exaustivo, porque não é esse o escopo do projeto proposto em boa hora pela APERGS, a tarefa, a mim atribuída, se mostra duplamente desafiadora: primeiro, pela figura ímpar do "biografado"; segundo por se tratar do meu tio, a quem mantive por mais de cinco décadas uma relação afetiva muito próxima e a quem devo o estímulo de me submeter ao concurso de ingresso na carreira de Procurador do Estado.

ORIGEM FAMILIAR

Antonio nasceu de uma família de origem alemã, cujos antepassados agricultores imigraram da região hoje situada no sul da Alemanha, em 1828. Seus pais, José Francisco e Florentina, como de costume na época, casaram-se muito jovens – 20 anos – e quase de imediato passaram a residir no distrito de Santa Clara do Sul, então Município de Lajeado, onde seguiu o ofício do pai e estabeleceu um próspero comércio. Da união nasceram 4 filhos: Antônio, em 26 de dezembro de 1921, Urbano, que seguiu a vida sacerdotal, sagrando-se

bispo Auxiliar de Porto Alegre e depois de bispo da diocese de Passo Fundo, Abílio, que tornou-se bancário e a mais jovem, Ivone, que casando-se com o Dr. Erno Ruschel, constituiu numerosa família de médicos em Lajeado.

Como era comum naqueles tempos, em que o ensino público era praticamente inexistente, primeiro aprendeu a falar e a ler alemão gramatical – e também o popular, *hunsrück* -, antes de se alfabetizar em português, frequentando a escola paroquial mantida pela comunidade, tradição entre os imigrantes alemães, tantos os católicos, como os luteranos. O acesso aos livros era facilitado, inclusive, pelo fato de que a comunidade mantinha uma pequena usina elétrica que propiciava aos moradores usarem luz elétrica até as 22 horas.

Marcante na vida do Antônio era a religiosidade, vivida de forma intensa, tanto no seio familiar, como no comunitário, na paróquia de Santa Clara, onde exerceu a função de coroinha com os encargos de recitar orações em latim. O gosto pela leitura e pela religião motivou-o a prosseguir nos estudos fora da pequena comunidade, ingressando ainda criança no Colégio Cristo Rei dos Jesuítas em São Leopoldo, em regime de internato. Se a qualidade do ensino e o ambiente de religiosidade do internado o motivavam a permanecer firme nos estudos, a disciplina rígida e a saudade dos familiares cobravam um tributo pesado, que não diminuiu nem mesmo com a chegada no irmão mais novo Urbano. Posteriormente ingressou no seminário dos Franciscanos em Taquari, onde concluiu seus estudos regulares, optando por não seguir na vida religiosa. Dessa época, marcaram seus sobrinhos as histórias de banhos frios, na madrugada, a que era submetido junto com o amigo e colega Aloísio Lorscheider, mais tarde Cardeal Arcebispo de Fortaleza.

PRIMEIRO VÔO SOLO

Retornando a Santa Clara, não pretendendo seguir os passos do pai na condução dos negócios familiares, optou, em meados da década de 40, a rumar a Porto Alegre para cursar na PUC Letras Clássicas e Anglo-germânicas. Como optou por não pedir auxílio financeiro familiar, teve que morar em pensões, mantendo-se com aulas particulares, o que fez com sucesso. Durante a vida universitária militou de forma intensa na Juventude Universitária Católica onde exerceu cargos de direção.

Em 1951 ingressou na faculdade de direito da PUC-RS. Tendo cursado o primeiro ano, foi nomeado em 1952 para o cargo de professor estadual, para lecionar língua portuguesa, tendo sido lotado na Escola Normal José Bonifá-

cio na cidade de Erechim. Posteriormente, também foi nomeado "professor fiscal" da mesma escola. O curso de direito foi concluído em 1955, pois era possível cursá-lo prestando os exames finais.

Na cidade de Erechim conheceu e apaixonou-se por Renita, com quem se casou em 1954, casamento vivido com grande amor por mais de 60 anos. Além do magistério, dedicou-se com destaque à advocacia, que exerceu com grande paixão e dedicação, inclusive na advocacia *pro bono,* sem esquecer a intensa vida comunitária e junto a Igreja. Quanto à família, embora não tenham chegado os filhos de sangue, dedicou aos sobrinhos com amor e atenção.

Ainda em Erechim ingressou com Renita no MFC, Movimento Familiar Cristão, no qual militou até sua morte, mais de 5 décadas depois. Movimento surgido no vizinho Uruguai, com os ventos que já prenunciavam o Concílio Vaticano II, com uma visão da fé progressista, exerceu vários cargos diretivos, participando de diversos encontros nacionais e internacionais e redigidos diversos artigos doutrinários em seus órgãos de divulgação até pouco tempo antes de sua morte.

INÍCIO DA SÓLIDA FORMAÇÃO CULTURAL

No início da década de 60, foi escolhido por concorrido processo seletivo oferecido a professores do mundo todo – foi o único gaúcho – pelo governo norte-americano para estudos em universidades americanas como a católica NotreDame e Harvard.

Retornando ao Brasil em 1963, surgiu a oportunidade de nova mudança: foi convidado para integrar à assessoria jurídica da Secretaria da Educação e Cultura do Estado, então chefiada pela professora Zilah Totta, uma das grandes figuras da educação gaúcha.

Nesta função permaneceu até a criação da Consultoria-Geral do Estado em março de 1965, órgão que passou a integrar e era chefiada por seu antigo colega de turma na faculdade de direito: José Nery da Silveira.

Em 1967, Antonio ajuda a trazer para o Brasil – e de forma pioneira para a América do Sul -, inicialmente para Porto Alegre, as Aldeias Cristãs SOS, entidade fundada logo depois da II GG por Hermann Gmeiner, que se dedicava a amparar crianças órfãs de uma maneira diferente até então realizada: um grupo de crianças era acolhida por uma "mãe" e em uma casa e um conjunto de casas com outras "famílias" formavam uma "aldeia" com todo tipo de infraestrutura. Esse tipo de trabalho espalhou-se pelo mundo e a primeira Aldeia brasileira teve sua pedra fundamental lançada em 2 de abril de 1967,

no Bairro Sarandi em Porto Alegre. Também colaborou posteriormente para a fundação da primeira Aldeia no Chile.

PRIMÓRDIOS DA PGE E APERGS

Sobre a história da PGE, posso afirmar que desde minha tenra idade fui, como criança e adolescente, um ouvinte atento dos relatos saborosos do "Tio Toni", como o "Dr. Allgayer" era conhecido pelos seus sobrinhos nos seus tempos de "consultoria". Talvez minha lembrança mais distante esteja em 1970/71, nos meus 6 anos, quando o Itamaraty preto – sedan a Willys fabricado na década de 60 - com janela com persianas, vez por outra vinha "visitar" a casa dos meus tios na Miguel Couto, durante minhas férias de verão, para levá-lo a então Consultoria, uma "entidade" para mim envolta em um certo mistério.

Ainda na década de 60, mais precisamente em 1966, os então Consultores do Estado vislumbraram a necessidade de criação de uma entidade de classe para representá-los e congregá-los, fundando nossa atual APERGS. Antônio foi redator da ata inaugural e o primeiro presidente.

Em fevereiro de 1970, depois do falecimento do Dr. Dante ocorrido no final do ano de 1969, o Dr. Allgayer foi nomeado, pelo Governador Peracchi Barcellos, Consultor-Geral do Estado. Sobre sua nomeação, relata que foi nomeado "à revelia", porque não havia sido consultado pelo governador, ficando sabendo da nomeação por telefone através do primo distante Carlos Alberto Allgayer. Sobre o período de Consultor-Geral relatava que, embora os tempos sombrios porque passava o país, o governador nunca lhe cobrou nenhum tipo adesão política ao regime, mesmo porque já há muito, tinha abraçado junto com a Igreja pós Concílio Vaticano II, uma visão de mundo que não se conciliava com a ideologia então dominante.

Peracchi, oficial da reserva da Brigada Militar, talvez ainda bebendo da fonte do positivismo, que embalou os tempos iniciais da "república" fundada por Júlio de Castilhos, preferia o apoio técnico e seguro prestadas pela Consultoria ao seu governo, do que se perder em devaneios ideológicos. Assim, não surpreende o testemunho de Antônio a respeito do conceito altamente positivo do Governador com relação à Consultoria, de que era o órgão que "*realmente defendia o Estado*".

Aliás, relata que solicitado a prover um cargo comissionado junto a CGE por indicação política pelo Governador, o Dr. Allgayer disse que não poderia atender porque o cargo já estava provido e que, além do mais, era de indica-

ção própria do Consultor-Geral. O Governador agradeceu e não insistiu no pedido. Não por acaso, as outras carreiras jurídicas o procuravam para tratar junto ao Governador com relação aos aumentos salariais, daí começando a se criar a hoje perdida, paridade salarial.

No seu período a frente da administração superior da instituição se deu início da passagem da defesa judicial do Estado do Ministério Público para Consultoria-Geral, processo que veio a se concluir de forma efetiva anos depois com interiorização da Procuradoria.

HISTÓRIAS PARA CONTAR

Tratando-se de memórias relacionada a esse período, não posso deixar de citar uma história que escutei inúmeras vezes da sua voz e que vale repartir para que não se perca no esquecimento. Contava que ainda na condição de Consultor-Geral recebeu um telefonema do governador relatando que o então comandante do V COMAR – Comando Aéreo Regional – havia relatado – em tom de cobrança - que um advogado de ofício impetrara um habeas corpus em que ele figurava como autoridade coatora fazendo pesadíssimas críticas ao regime militar. Antônio telefonou ao comandante e argumentou que o referido advogado de ofício tinha sofrido sequelas emocionais porque tinha sido tripulante de um *Constellation* da VARIG que havia sofrido em vôo de traslado uma pane com posterior queda no Mar do Caribe. Na queda, um dos tripulantes veio a falecer e os 10 restantes foram posteriormente resgatados. Então, ponderou, rogando vênias pela afirmação, que todos sabiam que vivíamos em um regime de exceção e que a argumentação utilizada pelo advogado de ofício era atribuível antes de qualquer coisa ao abalo emocional que ele ainda carregava por aquele terrível incidente, do que qualquer ataque ao regime. O militar aceitou as explicações.

UM AMBIENTALISTA DA PRIMEIRA HORA

Ao deixar o cargo maior da nossa instituição, exerceu outras funções de relevância na PGE e na Casa Civil. Nesta época, desenvolve com mais dedicação um interesse que o acompanhava desde a mais tenra idade : a questão ambiental.

Além de participar do movimento ambientalista, então em crescimento no Estado, desenvolve estudos na área jurídica sobre direito ambiental, ramo do direito ainda incipiente, como se pode ver do artigo publicado na

Revista da PGE ainda em 1979 intitulado "Proteção Ambiental no Direito Brasileiro". Publicou ainda em 1981 um pequeno livro de divulgação para o SESI intitulado "Ecologia e Vida", sem contar inúmeros artigos em revistas de divulgação da Igreja tentando, na sua função de teólogo amador – como gostava de se classificar -, unir a fé com a ecologia.

Deixou densos e substanciosos trabalhos de alerta a cerca da preservação ambiental, muitos deles publicados pela Revista da Procuradoria Geral do Estado. De uma delas extraímos um breve texto que ele denominou "Um alerta sobre a deterioração do meio ambiente", publicado a primeira vez há 42 anos com o seguinte teor:

"Preocupado com a progressiva deterioração do meio ambiente, publicávamos, nos idos de 1979, na Revista da Consultoria Geral do Estado, um ensaio de sete páginas impressas sob a epígrafe de "Proteção ambiental no direito brasileiro".

Até então pouco se falava sobre a necessidade de se incluir, nos cursos de Direito, algo que se iniciara, de modo ainda inseguro, em defesa do planeta que nos serva de habitáculo e se encontra ameaçado por um consumismo voraz e autofágico em progressão.

Fazíamos referência à Declaração do Meio Ambiente elaborada em Estocolmo com base os dizeres: Todo ser humano tem direito a um ambientes sadio em que possa viver.

Iniciávamos o citado ensaio lembrando que o direito nasce do fato (ex facto jus oritur). O fato, no caso, é o direito de sobreviver. Desse fato emergia teorização jurídica nova, sob o título, ainda vacilante, de Direito Ecológico. E dizíamos: A nova disciplina surge a expensas da concepção privatista de sociedade. O direito à apropriação e ao domínio individual de bens, incluindo os de produção, ainda encontra forte sustentáculo nas Constituições dos países de economia de mercado, embora nelas se proclame a função social da propriedade.

Tentativas de subversão da ordem fundada no direito ilimitado ao domínio e ao uso da terra tem sido violentamente rechaçados pelos donos do poder político a serviço de minorias dominadoras. A história oferece farta cópia de exemplos.

Entre estes limito-me a mencionar os irmãos Graco, que pagaram com a vida a sua *Lez agrária e Lex frumentária,* que contrariavam interesses de grande proprietários rurais de Roma. Tombaram por ousarem promover uma reforma agrária.

Por absoluta contingência não poderei estender o presente comentário ao longo do extenso texto. Rematarei o presente escrito com observações a seguir transcritas: *Se vale a pena opor-nos a que esta terra, erodida e biologicamente morta, se transforme em paisagem lunar, paremos um instante para recordar o martírio dos que, em meio a uma luta desigual, souberam proclamar pela voz de seu Chefe que estas terras têm dono."*

Mas ele não ficou só na teoria. Também nas casas onde residiu em Porto Alegre, utilizava os espaços verdes para o cultivo de árvores e plantas ornamentais, também se dedicava com paixão ao cultivo de legumes e hortaliças seguindo as regras ecológicas, inclusive fazendo compostagem, isso desde a década de 60. Aliás, o amor às plantas e aos animais – construía pequenas casas em madeira para abrigar pássaros para espalhar pelos jardins – contagiava a todos, principalmente aos seus sobrinhos que tinham o privilégio de com ele conviver, bem como posteriormente a Cláudia, filha adotiva de coração.

MULTIFUNÇÕES ALÉM DA APOSENTADORIA

Sua inquietação com a necessidade de realmente viver o Evangelho, o levou integrar a Comissão de Justiça e Paz da CNBB, no Rio Grande do Sul, por longos anos e a Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário, uma organização não-governamental destinada a amparar, como o próprio nome indica, aqueles que saem desamparados do sistema prisional e a lutar para que a Igreja se preocupasse com todos os "excluídos do Reino".

Aposentando-se da PGE em 1981, continuou vinculado ao Estado, retomando suas funções de professor atuando junto ao Conselho Estadual de Educação, até sua aposentadoria final do serviço público.

Sua aposentadoria, em absoluto, representou diminuição no seu ritmo de trabalho. Ao contrário, além de todas as outras atividades que já antes mantinha, começou advogar perante o Tribunal Eclesiástico da Arquidiocese de Porto Alegre e traduzir do alemão e do inglês para a Editora Vozes obras de teologia, filosofia e religião, bem como publicou livros, artigos até praticamente o final da sua longa vida encerrada aos 97 anos em 2017, dos quais destacamos "Jesus Cristo e os Excluídos do Reino" e "A Derrocada da Pirâmide".

Retornando ao que disse no início, sobre não ter distanciamento afetivo do "biografado", cada vez mais me convenço que ter tido o privilégio de ter convivido por tão longo tempo com o Dr. Allgayer, o Antonio ou, para mim, o Tio Toni, me dão a certeza que essas singelas palavras não conseguem, nem

de longe, expressar a real grandeza dessa grande figura humana, que também foi um grande Procurador do Estado.

TESTEMUNHO

Em complementação a este relato, obtivemos relevante contribuição do Dr. Alexandre Gruszynski, outro destacado Procurador do Estado, participante da construção da hoje Procuradoria Geral do Estado. Tendo sido contemporâneo e amigo do Dr. Allgayer, produz um belo e bem apanhado resumo da personalidade daquele ilustre colega.

"Conheci-o em 1951, quando ele se tornou aluno da Faculdade Católica de Direito, uma Turma depois da minha. Essa Turma nos deu dois Consultores-Gerais, pois o primeiro, José Néri da Silveira, também a ela pertencia. Graduaram-se em 1955.

Antônio Estevão, paralelamente, cursava letras e, assim, veio a trabalhar para o Estado como Professor.

Já nos tempos de aluno Antônio Estevão se mostrava (ou se escondia...) como um moderador, um pacificador em situações de divergências entre Colegas, especialmente na política estudantil, procurando sempre conciliar as situações de oposição para chegar-se a um resultado que, ao menos parcialmente, fosse aceito pelos integrantes de correntes que se digladiavam.

Voltei a encontrá-lo na então recém criada Consultoria –Geral do Estado, para atuar na qual foi chamado, com os demais Colegas beneficiados pela Lei nº 4317, dos técnico-científicos espalhados pelas Secretarias e outros órgãos.

E também aqui sempre agiu, a par do trabalho próprio do cargo, como um conciliador, tanto na redação de Pareceres e eventualmente outros escritos (que poderiam contrariar interesses pessoais ou classistas), quanto em evitar ou obviar disputas entre Colegas. Foi assim que, em um momento de crise na Associação dos Consultores Jurídicos e Advogados de Ofício, a hoje Apergs, que veio a ser eleito Presidente da Entidade.

Consultor-Geral no Governo Peracchi, também teve a oportunidade de mostrar seu senso de equilíbrio e moderação.

Tendo eu passado atuar na Casa Civil, lá voltamos a nos encontrar quando ele foi recrutado para atuar na Unidade de Assessoramento Legislativo, onde esteve incumbido de redigir e corrigir, benignamente, projetos de textos normativos e, eventualmente, de preparar discursos a serem proferidos por Autoridades.

Sua formação em letras evidentemente foi básica para sua competência em escrever e revisar textos, marcada pela benignidade sempre, e, quando cabível e possível, pelo diálogo e pela busca da harmonia."

TEXTOS TEOLÓGICOS

Bem observa o Dr. Gruszynski quando lembra a qualificação do Dr. Allgayer em se tratando do manejo das letras. Editou livros relevantes tratando de temas religiosos, um deles em 1994, "Jesus e os Excluídos do Reino", pela Editora Vozes e o outro em 2010, "A Derrocada da Pirâmide", pela Editora Letra e Vida, além de outros. O texto primoroso e a acuidade analítica são evidentes em qualquer das obras.

Selecionamos, da primeira delas, pequenos trechos do capítulo "Jesus e as Mulheres", reveladores de mais esta qualidade do Dr. Allgayer :

"Jesus devolveu à mulher a condição de companheira do homem, que lhe é assinalada no Gênesis. Colocou-a num pedestal. E isso numa época em que um simples gesto em seu favor seria interpretado como escandaloso absurdo. Na sábia Grécia dos filósofos e na soberba Roma dos juristas a mulher era considerada objeto. Imperava em Roma o "jus vitae etnecis", que cometia ao "pater famílias" o direito sobre a vida e a morte da mulher e da prole.

Também em Israel não era nada lisonjeira a situação da mulher. Na história do povo eleito são poucas as mulheres que mereceram certo realce, como Judite, Ester e Débora. Na Genealogia de Mateus, toda constituída de varões, a mulher tem presença medíocre, representada por figuras do passado ignóbil: Tamar, Raab, Rute e Btsabéia.

Jesus desmantela postulados da cultura antiga e põe em desordem hábitos da sociedade judaica. Fala em público com mulheres e aceita ser sustentado por elas. Escandaliza os fariseus ao relacionar-se com mulheres consideradas pecadoras públicas, como a "mulher adúltera" e a samaritana de Sicar. Sem falsas concessões ao erro, envolve de profundo respeito os pecadores...! Despreza a abluções ritualísticas de purificação, tolerando que uma mulher que sofria de um "fluxo de sangue" lhe toque às vestes e uma pecadora arrependida lhe lave os pés com as próprias lágrimas. Contrariando costumes patriarcais, Jesus aceita a hospitalidade de mulheres, como Marta e Maria, irmãs de seu amigo Lázaro. Chora ante a dor da viúva de Naim e restitui-lhe com vida o filho único. Na região de Tiro e da Sidônia atende ao pedido de uma cananéia, pagã e de origem siro-fenícia, sarando-lhe a filha. Vai à casa de Pedro, toma a mão da sogra do primeiro chefe da Igreja e livra-a da febre.

Uma mulher que emergia do infortúnio e se alçara aos píncaros da santidade, afrontando o sarcasmo dos algozes, foi a primeira confidente do Senhor ressuscitado. O triunfo de um crucificado sobre a morte manifestou-se com absoluta prioridade à essa pioneira da fé cristã. Graças a tal episódio salvífico pode a Igreja dizer sem blasfêmia : "Ó feliz culpa , que mereceste um tal e tão grande redentor."

A conduta de Jesus com relação às mulheres seria menos surpreendente nos dias de hoje, graças as conquistas já alcançadas por elas no campo dos direitos humanos e no exercício da profissão fora do lar. No contexto social da época era absolutamente inédita, insólita e até mesmo provocativa.

[...]

Conquanto a mulher não tenha ainda conquistado o lugar que Jesus lhe assinalou, o alvorecer de uma nova humanidade, mais ou menos identificada com os valores do Evangelho, começa a despontar no horizontes. A mulher já participa, mais do que nunca, de atividades econômicas e judiciais e vai tendo militância política cada vez mais expressiva."

Ainda no mesmo livro o Dr. Allgayer deixa um capítulo no qual perpassa o tema dos excluídos apontando o seguinte:

"Sem prejuízo de sua validade perene, o anúncio de novos tempos traz consigo as marcas do contexto histórico em que transcorreu a vida terrena do homem Jesus de Nazaré. Os textos bíblicos registram os fatos. A mensagem que o anima é definitivamente nova. Transmitem-nos simultaneamente as imagens, os cenários, os ditos, até mesmo tópicos de linguajar típico da Galiléia, com todo o vigor da lógica paradoxal do Oriente. Fazem chegar até nós a novidade salvífica permeada do viço, da beleza agreste, das cores vivas da paisagem palestinense.

Os quatro evangelistas revelam que Jesus abraçou apaixonadamente à causa dos excluídos do convívio dos "bons". Quem eram os excluídos? Eram as mulheres, todas as mulheres, as crianças, todas as crianças, os samaritanos, os pagãos, os leprosos, os magos, os pastores, os violentos, os deficientes físicos, sensoriais e mentais, a plebe, os pobres, os pecadores.

Jesus escandalizou os falsos santos, celebrando comunidade de mesa com publicanos e pecadores, comunicando-se com prostitutas, perdoando uma mulher adúltera, descumprindo rituais de purificação, libertando seus discípulos de escrúpulos na observância do sábado. Enfrentou os potentados do seu tempo e da sua terra e combateu com veemência os opressores das consciências.

Sua mensagem transtornou hábitos, pôs em desordem princípios arraigados, abalou esquemas convencionais. E trouce à tona reservas de bondade recalcadas pelo preconceito ou imersas nas águas turvas da hipocrisia.

[....]

Quem seriam os excluídos, hoje? A relação é imensurável e desigual de país a país. Lembremos alguns: O cigano, o índio, o negro, o agricultor sem terra, o menino de rua, o comunista, o filho rebelde, a mãe solteira, o aidético, o adito à drogas,

o alcoólatra, o contestador do "status quo", o migrante, o subempregado, o favelados , o analfabeto.

A duas formas de discriminação continua sendo submetido o próprio Cristo: A dos que lhe negam a divindade e a dos que o "divinizam" a ponto de perderem de perspectiva o homem fascinante, destemido, livre, independente e compassivo , cujo silêncio, fez Pilatos, o juiz que o enquadrou na lei romana, exclamar, apavorado : "De onde vens tu?"

Do livro "Derrocada da Pirâmide", buscamos mais alguns trechos em que o Dr. Algayer interpreta a pregação e analisa os métodos de ação de Jesus de Nazaré:

"O discurso e a prática de Jesus de Nazaré foi uma novidade inquietante e perturbadora. Punha abaixo costumes, ritos e imposições que homens submissos ao "statu quo" supunham intocáveis. Não admira, portanto, incorresse na ira dos grupos hegemônicos do Templo-Estado e das sinagogas, zelosos da ordem constituída. Jesus sobrepunha o homem à lei, à lei que legitimava uma pseudo-ordem social opressiva e iníqua.

Ferrenhos paladinos da lei, fariseus e escribas nutriam profundo desprezo pela "plebe ignara". Odiavam os pecadores... Falsos santos tinham o coração gelado frente aos sofrimentos alheios. Cultivavam uma religiosidade desligada da compaixão, descambando para o fanatismo. Em vez de acatarem o mandamento básico do amor ao próximo, discutiam friamente sobre o conceito de próximo. Em seu parecer um não-judeu jamais poderia ser o próximo. Por isso despencou como um raio sobre suas cabeças povoadas de hipocrisia a desafiante pergunta de Jesus sobre quem fora o próximo do homem tombado à beira da estrada, vítima de salteadores. Um samaritano? Não pode...! Um samaritano, bastardo da raça e traidor da fé...? O paradigma de próximo apresentado por Jesus abateu-se como golpe de chibata sobre o moralismo exclusivista daqueles justos de fachada.

No entanto, Jesus de Nazaré não se limitou a provocar respostas incômodas e infringir leis inventadas para acobertar o interesse de minorias dominadoras. Partiu para a luta aberta. Invectivou rudemente os seus opositores, comparando-os à sepulcros caiados e a vasos limpos por foram e sujos por dentro. Chamou-os de "raças de víboras" e "comedores das casas da viúvas". E chegou ao extremo de considerá-los publicamente inferiores, na conquista do Reino, às prostitutas e aos publicanos.

[...]

Jesus foi ainda mais longe em seu desafio ao sistema religioso-moral vigente."

Em fim, por onde passou e por tudo que fez o Dr. Allgayer só deixou exemplos e admiração, resumidos singelamente nestas Memórias.

Impresso pela
Evangraf (Porto Alegre,RS)
em Outubro de 2021.

CARREIRA FORJADA NA LUTA

O Brasil vem sofrendo em anos recentes uma epidemia distópica anticivilizatória de amplo espectro. Outra, porém, mais tópica, vem atingindo os servidores públicos em seu patrimônio mais caro, o das garantias funcionais e prerrogativas. Os transmissores destes vírus agem como se estivessem se precavendo da ação controladora de algumas carreiras de Estado, entre elas a de Procurador de Estado. Em Brasília e aqui, proliferam iniciativas legislativas, nascidas de uns poucos áulicos defensores do estado mínimo. Aqui o projeto pode ser novo, mas é um novo de uma cepa igualmente mortal contra a saúde do bem público.

Constatado isto, cabe-nos mover todos nossos mecanismos preventivos, tornando a Instituição PGE e a carreira de Procurador do Estado, imune a estas tentativas de ataque. E uma pequena contribuição imaginamos estar dando com as edições destas "Memórias" , ao tempo em que revelamos a grandeza do que já foi feito em defesa da sociedade, por centenas de Procuradoras e Procuradores . Sobretudo quando mostramos a estatura intelectual e a capacitação profissional forjada em mestrados, doutorados e estágios no exterior, além da integridade moral e ética, de homens e mulheres que se veem hoje submetidos a ouvir, de palanques políticos, impropérios e alegações de uns poucos hipossuficiêntes de conhecimentos jurídicos.

Esta edição, por exemplo, está publicando relatos que confirmam o prestígio e a respeitabilidade da PGE, porque todos os biografados relatam conquistas, episódios e sacrifícios que tornam a instituição merecedora do reconhecimento da sociedade. Fica revelado pelas narrativas que todos eles, a par de um exercício profissional qualificado, estiveram inseridos nas suas comunidades como cidadãos e cidadãs exemplares, professores eméritos, incentivadores culturais, ambientalistas, lideres comunitários, voluntários em setores diversificados e , quando desimpedidos legalmente, projetados como lideranças políticas de destaque.

Por acreditarmos na força deste projeto, que se dispõe mostrar que compomos uma carreira forjada na luta, estamos conclamando a todos que estejam atentos e habilitados para integrarem as próximas listas de colegas biografados.

Nossa projeção e fortalecimento servirão como vacina contra os vírus, velhos ou novos, que insistem em infectar a higidez das nossas competências, garantias e prerrogativas.

Pelo Núcleo de Aposentados da Apergs :
Paulo Roberto Sandri Pires, Sali Antoniazzi, Sandra Maria Lazzari, Maria Regina Cysneiros, Luiz Felipe Targa e Maria Dolores Abbott.

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - APERGS